

32

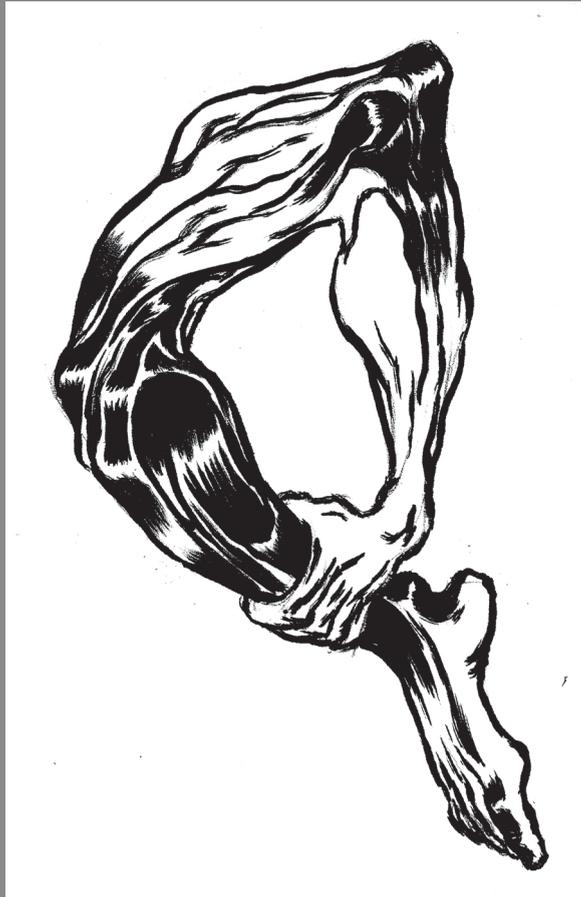
**UFPE | PROEXT**

Publicação Étnico Racial

Série comemorativa de 10 anos da lei 10.639

A cultura em prol do Império  
A retórica colonial portuguesa  
em Angola veiculada na revista  
Cadernos Coloniais (1920 - 1960)

**Luiz Henrique Assis**



# **A Cultura em prol do Império**

**A retórica colonial portuguesa em Angola  
veiculada na Revista Cadernos Coloniais  
(1920-1960)**



**UFPE | PROEXT**

Publicação Étnico-racial

*Série comemorativa de 10 anos da Lei 10.639*

# **A Cultura em prol do Império**

## **A retórica colonial portuguesa em Angola veiculada na Revista Cadernos Coloniais (1920-1960)**

*Luiz Henrique Assis de Barros*



**PROEXT**  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

**Reitor:** Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

**Vice-Reitor:** Prof. Sílvio Romero de Barros Marques

**Pró-Reitor de Extensão:** Prof. Edilson Fernandes de Souza

**Diretora de Extensão Acadêmica:** Maria Christina de Medeiros Nunes

**Diretor de Extensão Cultural:** Prof. Marcos Galindo

**Coordenador de Gestão da Extensão:** Demócrito José Rodrigues da Silva

**Coordenadora de Gestão da Produção Multimídia e Audiovisual:** Jowania Rosas de Melo

**Coordenador de Gestão da Informação:** Prof. Wellington Pinheiro dos Santos

**Coordenadora de Gestão Organizacional:** Eliane Aguiar

**Coordenação Geral:**

Prof. Edilson Fernandes de Souza e Maria Christina de Medeiros Nunes

**Comissão Organizadora:**

Professor Edilson Fernandes de Souza, Maria Christina de Medeiros Nunes, Djanyse Barros de Arruda Mendonça, Professor Wellington Pinheiro dos Santos

**Revisão:**

Os textos são de responsabilidade dos autores.

**Projeto Gráfico:**

Margarida Correia Lima

**Diagramação:**

Isabela Freire e Filipe Neri

**Ilustrações da Capa:**

Ayodê França

Impresso nas oficinas gráficas da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20, Cidade Universitária, em outubro de 2012.

**Diretora da Editora:** Profa. Maria José de Matos Luna

Catálogo na fonte: Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha, CRB4-1702

---

B277c                      Barros, Luiz Henrique Assis de.

A cultura em prol do império : a retórica colonial portuguesa em Angola veiculada na Revista Cadernos Coloniais (1920-1960) / Luiz Henrique Assis de Barros. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.  
82 p. : il. – (Coleção Étnico-racial).

Inclui referências bibliográficas.  
ISBN 978-85-415-0419-5                      (broch.)

1. Portugal – História – Sec. XX. 2. Angola – História – Colonização. 3. Angola – História – Domínio português. 4. Angola – Política e governo. 4. Imperialismo. I. Título.

946.904                      CDD (23.ed.)                      UFPE (BC2013-234)

---

# Apresentação da Coleção

A caminho da África!

Até o fechamento desta coleção, somos a única Universidade brasileira que concentra o maior número de títulos publicados, em um só tempo, num só lugar, sobre as relações étnico-raciais e grupos sub-representados. Assim, consolidamos uma discussão pautada por ocasião dos dez anos da Lei 10.639/2003 e inovamos com a abertura para pesquisadores de todo o País, para que pudessem publicar seus escritos, dissertações e teses, na nossa Editora Universitária, com o investimento da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco.

Apoiar publicações acerca dos saberes étnico-raciais – seja no campo da cultura, história, religião ou da dinâmica organizativa dos segmentos que apostam na versão afro, indígena, migrantes e imigrantes do desenvolvimento brasileiro – é um desafio acadêmico, mas, sobretudo, um desafio político e administrativo que transpõe a burocracia, que muitas vezes tem impedido o avanço e a elevação institucional aos patamares dignos de um patrimônio público, para fazer valer os direitos de todos ao conhecimento, como um princípio fundamental da alteridade.

A Coleção Étnico-racial, seja na versão das comunidades indígenas ou afro, na perspectiva dos migrantes ou imigrantes, penetra fundo suas raízes na exposição das subjetividades humanas e recoloca uma instituição como a UFPE num patamar bastante elevado do conhecimento científico e de outros saberes, feitos e refeitos por homens e mulheres que conhecem bem as causas inevitáveis das barreiras sociais e o preconceito

institucional; ao tempo em que as estruturas governamentais esquecem ou não querem de fato financiar as obras incontestas que falam de maneira afirmativa ou denunciante, que afetam os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira.

Já imaginava a importância de termos um edital com esse escopo para abarcarmos escritos densos e tão comprometidos com uma causa histórica e sociológica, mas não imaginava a dimensão pan-africana de mostrar ao mundo o que nós somos capazes de realizar quando tratamos dos nossos princípios identitários afro, indígenas, japonesas, regionais e outras subjetividades. Do mesmo modo, a importância do reposicionamento de uma produção do conhecimento a partir da história e da cultura, para atendermos a uma legislação federal no alargamento da formação de muitos professores do ensino básico e também superior.

A ideia da coleção veio de um “relance” ao abrirmos uma das sessões do Cineab, promovidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, e, prontamente, no mesmo dia, foi formatada por um edital público de alcance nacional. O resultado desta série, agradecemos a todos que compõem o corpo técnico da Pró-reitoria de Extensão, especialmente a diretora de Extensão Acadêmica, Maria Christina de Medeiros Nunes e ao coordenador Demócrito José Rodrigues da Silva, que rapidamente compreenderam a dimensão inovadora das publicações, compraram a ideia política e traduziram institucionalmente no mesmo momento.

Invenções à parte, agora mais do que nunca, a UFPE entra para o rol das instituições que não têm preconceitos na produção e circulação de ideias étnico-raciais, que demarcam outros paradigmas mais enraizados com a formação social brasileira, seja no desenho teórico-metodológico, seja no conteúdo produzido por pesquisadores e militantes dos movimentos sociais.

Guiné-Bissau, setembro de 2013.

*Edilson Fernandes de Souza*

Pró-reitor de Extensão da UFPE

# Introdução

Cultura e Imperialismo são conceitos distintos, mas que juntos compõem o cerne da argumentação deste trabalho. É a partir de um instrumento de Cultura, na figura de uma revista portuguesa especializada na temática colonial – os *Cadernos Coloniais* –, que busco entender o modo que o estado português tentava justificar seu domínio colonial em Angola.

Com base nestes dois conceitos supracitados, a análise deste trabalho buscará estabelecer uma relação de como a Cultura pode lastrear justificativa ou conferir poder ao detentor do discurso, no nosso caso, Portugal em busca da legitimação de seu domínio Colonial.

Edward Said teoriza a relação entre Cultura e Imperialismo, da seguinte maneira:

“A cultura do imperialismo não era invisível, nem ocultava seus vínculos e interesses mundanos. Há uma clareza suficiente nas grandes linhas culturais para que enxerguemos as notações amiúde escrupulosas ali feitas, e também para que vejamos que não lhes foi concebida muita atenção.”<sup>1</sup>

É neste sentido que surge o objetivo principal deste trabalho, que é a análise da retórica inclusa no editorial dos *Cadernos Coloniais*, e compreender de que maneira estes discursos autenticavam como justa a presença dominadora colonial portuguesa em Angola – Objeto deste estudo –, como em outros países afro-asiáticos sob o domínio português.

Ao estudar a retórica da dominação colonial portuguesa, e

<sup>1</sup> SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.24.

analisando os discursos e a linha editorial da revista *Cadernos Coloniais*, é possível levantar importantes questões acerca de como o Estado Novo português usava de ferramentas pretensamente acadêmicas e culturais, para manter em curso seu plano político de dominação colonial em suas posses no Mundo Atlântico. Ao mesmo tempo, as formas de resistência que por ventura os povos colonizados poderiam apresentar, eram reinterpretados, conferindo-lhes classificações pejorativas, como veremos a diante.

O corte temporal estudado compreende o período de 1920 a 1961, faixa de tempo em que a revista *Cadernos Coloniais* foi publicada mensalmente pela Editora Cosmos.

As tiragens circulavam em Portugal e em todas as então posses portuguesas em África e Ásia. Sua linha editorial era voltada à realização de uma apologia ao imperialismo português.

São a estas tentativas de se construir representações através dos periódicos em questão, que se destinam as reflexões teóricas do exame histórico desta pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo inserir a conjuntura regional do Nordeste em problemáticas mais amplas, inseridas no contexto do Mundo Atlântico, relativas ao Colonialismo tardio do Estado Novo português em Angola. Procurar-se-á compreender como uma formulação relativa à formação e as práticas da sociedade açucareira nordestina, é ampliada e resignificada a outro tempo histórico e territorial, e utilizada em âmbito internacional para buscar legitimar a manutenção do colonialismo português na África, analisando o caso da província de Angola.

Com base neste projeto, pretende-se estudar um processo que resultou da reinterpretação de ideias construídas na América, e são apropriadas na Europa para reforçar identidades e legitimar ações no continente africano. Em resumo, a partir do Norte-Nordeste brasileiro são legitimados fenômenos históricos e sociais em outros pontos no Mundo Atlântico.

Este projeto visa trazer uma rica contribuição à historiografia local, visto a carência deste tipo de análise, relacionada à

História Contemporânea da África. As produções relativas à História da África têm crescido em número no âmbito nacional, existindo também uma tendência no número de eventos e revistas acadêmicas relacionadas à análise histórica do continente africano e suas relações com o Brasil.

É relevante citar o impacto social do que este projeto possui, ao atender o dispositivo da Lei 10639/03 e sua correlata 11645/08, que alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornam obrigatório o ensino da História da África no Ensino Básico, e a pesquisa e produção no Ensino Superior. Portanto, este projeto busca construir subsídios para o cumprimento da referida lei.

O livro está estruturado da seguinte forma: No Capítulo I é apresentado todo o arcabouço teórico e metodológico para o desenvolvimento desta obra, bem como são descritas todas as fontes e arquivos que serviram de subsídios para este produto acadêmico.

Nos Capítulos II e III são desenvolvidas análises históricas do colonialismo português em Angola durante o período do Estado Novo Português e sobre as ideologias coloniais que surgiram neste período.

Os capítulos IV e V são dedicados à estudos de caso relativos à como instrumentos de cultura podem ser utilizados para justificar uma opressão, estudando como o periódico *Cadernos Coloniais* veiculava em seus discursos uma representação de Angola e seus habitantes, que buscava legitimar sua presença de dominação imperial.

Em seguida, este livro se encerra com uma breve parte dedicada às considerações finais.



# Conceitos e Metodologia

Este capítulo está voltado à apresentar uma discussão entre a cultura imperial com o seu discurso de dominação, e, a narrativa do colonizador diante de episódios da resistência do colonizado ao julgo colonial.

A ideia de Cultura usada nesta obra, interpretação que busco em Edward Said<sup>2</sup>, é a seguinte:

“(…)Quando emprego o termo, ele significa duas coisas em particular. Primeiro, “cultura” designa todas aquelas práticas, como artes de descrição, comunicação e representação, que tem relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um dos seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária”<sup>3</sup>

Cultura é um conceito que carrega consigo elementos de elevação e refinamento, sendo o reservatório do melhor – ou mais destacado – de cada sociedade, no saber e no pensamento. Neste contexto, dentre outras produções, a Revista *Cadernos Coloniais*, buscava representar o que havia de melhor e mais interessante no Ultramar português, apresentando ao público luso textos que aparentemente tinha apenas valor cultural e científico, mas com intenções políticas e ideológicas.

A Cultura, neste trabalho é encarada também como um

2 SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

3 SAID, 2011 ,p. 09.

instrumento que pode ser usado para dominação, onde posicionamentos políticos e ideológicos são veiculados e propagados.

Neste contexto, dentre outras produções, a Revista *Cadernos Coloniais*, buscava representar o que havia de melhor e mais interessante no Ultramar português, apresentando ao público luso textos que aparentemente tinha apenas valor cultural e científico, mas com intenções políticas e ideológicas. SAID define esta visão da cultura nas seguinte palavras:

“A cultura é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente. Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si, deixando claro, por exemplo, que, dos estudantes americanos, franceses ou indianos, ensinados a ler seus clássicos nacionais antes de lerem os outros, espera-se que amem e pertençam de maneira leal, e muitas vezes acrítica, às suas nações e tradições, enquanto denigrem e combatem as demais.”<sup>4</sup>

Parte essencial da pesquisa, o embasamento teórico deve-se a autores como Joseph Ki-Zerbo, Jan Vansina, Fernand Braudel, Roger Chartier, Michel De Certeau e principalmente François Hartog, sem os quais o pensar temático, crítico e teórico desta pesquisa não poderiam existir. Joseph Ki-Zerbo em sua Metodologia na obra “História Geral da África” (1972), juntamente a Jan Vansina expõe tópicos essenciais no trabalho do historiador debruçado sobre a história da África, como as Fontes e Técnicas específicas na História da África, vinculação História e Linguística, além de métodos e teorias interdisciplinares a estes estudos. Fernand Braudel traz como contribuição teórica para tal pesquisa a reflexão sobre os tempos históricos e a utilização dos mesmos em uma narrativa histórica<sup>5</sup>. A longa duração será o tempo utilizado na análise histórica a ser pensada as fontes e o método deste trabalho, visando uma melhor compreensão aos estudos de mentalidades a ser focada..

4 SAID. 2011, p.12

5 BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Outro importante autor traz alguns conceitos específicos a teoria utilizada na pesquisa e nos estudos aqui planejados.

Roger Chartier trabalha em sua obra “A História Cultural: entre práticas e representações” a história sob dois conceitos-chaves em suas análises, gerados a partir de uma análise epistemológica do próprio conhecimento histórico e historiográfico: o primeiro, a história como representação “entendida, desse modo, como relacionamentos de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este por lhe estar conforme”<sup>6</sup>; e a importância da recepção dos conteúdos, tanto em sentido mais amplo quanto na análise crítica da própria crônica e de seus leitores contemporâneos ao cronista. Citaria De Certeau em sua obra “A Escrita da História”:

“Apresenta-se como historiográfico o discurso que “compreende” seu outro (...), isto é, que se organiza como texto folheado (...). Ele constrói-se de acordo com uma problemática de processo ou citação, capaz, ao mesmo tempo, de “fazer vir” uma linguagem referencial que atua como realidade, bem como julgar em nome de um saber”<sup>7</sup>

E, finalmente, François Hartog. Diretor de estudos da Escola de altos Estudos em ciências sociais (Paris), em sua obra “O Espelho de Heródoto” (1998) propõe um novo olhar sobre as fontes literais. O conceito do “outro” citado por De Certeau é trabalhado no decorrer da obra de Hartog, tendo como foco o reflexo, ou o “espelho” daquele que o descreve. François Hartog define sua obra como “uma experiência de leitura” (HARTOG, 1998: 57), muito mais trata-se de um alvitre teórico e metodológico, onde a partir de “historiadores-etnógrafos” e cronistas, dentre eles Heródoto, Jean de Léry e Marco Pólo, e no meu caso a análise de artigos nos Cadernos Coloniais.

A partir das estratégias literárias utilizadas pelos teóricos e cronistas portugueses para interpretar o “outro”<sup>8</sup> africano, em um processo de “tradução” para a sua cultura, o acreditamos que o periódico *Cadernos Coloniais*, age como um “espelho”<sup>9</sup>: através de suas descrições se reflete. Nesta pesquisa as estratégias retóricas e injuntivas que constroem a verossimilhança de sua narrativa serão analisadas a partir de

6 CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Lisboa: Verbo, 2004., p.21

7 CERTEAU in HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, 1998, p.45

8 CERTEAU, Michel De. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 2007

9 HARTOG, 1998

uma ponderação histórica com base nas categorias propostas, principalmente, por François Hartog (1998), em sua obra “O Espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro”.

A grande questão presente nas mais diversas crônicas de viagens produzidas pelos mais diversos viajantes (culturalmente e cronologicamente) na grande maioria das sociedades que este gênero literário produziu –, é a problemática da “tradução”. Conceito este problematizado por teóricos tais quais Michel De Certeau, Roger Chartier e François Hartog, refere-se à possibilidade de transferência de sentido – carregado de função simbólica – de elementos, conceitos e categorias sociais de uma, ou sobre uma cultura para outra.

Através de operações e estratégias literárias o cronista é capaz de representar os outros os quais ouviu e viu, aos seus iguais, leitores e receptores, contemporâneos culturais de suas crônicas.

Neste sentido, a revista *Cadernos Coloniais* levava aos portugueses, representações de terras distantes, com culturas, povos e geografias bastante diferentes de Portugal, com textos escritos à partir de conceitos culturais, morais e ideológicos lusos. Como resultado disto, verificamos representações do “outro”, carregadas de preconceitos e de ideologia política, e compreendemos que estas obras estão à serviço de um discurso, e que buscam propaga-lo em seus leitores.

Nesta pesquisa, o objetivo essencial é justamente o de precisar quais são as estratégias utilizadas pelos periódicos supracitados para levar os ideários portugueses à população do Ultramar e a realidade “exótica” dos domínios ultramarino aos portugueses na Europa. “Os ‘caminhos da escrita’ combinam o plural dos itinerários e o singular de um lugar de produção”<sup>10</sup>, assim considera Certeau. Reflexão esta que guiará muitas das considerações da referente pesquisa.

A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam, sobretudo

do outro, especificamente as narrativas de viagem, em sentido amplo.<sup>11</sup>

As revistas *Cadernos Coloniais* e *Boletim Geral do Ultramar* buscam representar as culturas que vêm e que ouvem usando de conceitos e categorias de sua cultura além de estratégia literárias pelas quais é possível traduzir o outro para si mesmo, para sua cultura, para os que compartilham da identidade comum do cronista. Estas estratégias literárias são chamadas *Injunções Narrativas*.

“O fato de que certos enunciados remetem a outros enunciados do mesmo contexto é um indício do que se poderia chamar de injunções narrativas. Injunções não exteriores e impostas, mas interiores e produzidas pela própria narrativa no processo de sua elaboração”.<sup>12</sup>

Como assinala Michel De Certeau, “sobre este espaço de continentes e oceanos oferecidos, antecipadamente, às operações da escrita, se esboçam os itinerários dos viajantes”<sup>13</sup>. As operações de escrita, como representações culturais, interessam mais do que os oceanos, as geografias e as sociedades descritas pelos periódicos coloniais portugueses, visto que a as estratégias de escrita às prefigura e às representa.

Dentro desta perspectiva é possível enxergar o próprio cronista em suas descrições. Como demonstra Hartog (1998), o próprio cronista se reflete a partir das transgressões e conceitos utilizados na sua escrita para fazer visível o “outro”. “O relato produz um retorno, de si para si, pela mediação do outro”<sup>14</sup>. Busco assim enxergar os ideais do português nas descrições que faz dos exotismos africanos. E, a partir de um sólido embasamento teórico investigar os *Cadernos Coloniais* e enxergar os ideais dos autores sobre os diferentes “outros” que o revelam como num espelho.

Para a construção deste livro recorreremos a trabalhos inseridos nas historiografias nacional e, sobretudo, portuguesa. Para o estudo proposto existe uma rica variedade de produções entre livros e artigos, estando as próximas linhas dedicadas a enumerar a contribuição que as principais obras podem

11 HARTOG, 1998, p.229

12 HARTOG, 1999, p. 48

13 CERTEAU, 2007, p.212

14 CERTEAU, 2007, p.215

oferecer para a concretização desta proposta de pesquisa acadêmica.

As primeiras considerações que a serem tecidas são a quatro obras de Gilberto Freyre, onde podem ser encontrados os princípios apropriados pelo regime do Estado Novo para a legitimação da manutenção de suas posses no ultramar. No livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre busca analisar a formação do Brasil a partir da sociedade açucareira do Nordeste brasileiro, lança as bases do que viria ser sistematizado mais tarde como Lusotropicalismo, enumerando as capacidades de mobilidade, a miscibilidade e a aclimatibilidade como características que tornavam os portugueses um povo singular para a prática da colonização.

Em *Aventura e Rotina*, *Um Brasileiro em Terras Portuguesa* e *O Mundo que o Português Criou*, Freyre sistematiza, amadurece e propaga a teoria do Lusotropicalismo, sendo livros publicados com incentivo do regime Salazarista. Estas obras de Gilberto Freyre permitem ao historiador analisar como foram construídas e posteriormente adaptadas as ideias do escritor pernambucano, em prol da legitimação do colonialismo português.

Um bom contributo para a análise do percurso das ideias de Gilberto Freyre no Portugal estadonovista, desde a rejeição inicial, ao acolhimento e utilização do lusotropicalismo atrelado a ideologia colonial portuguesa, pode ser encontrado no livro “*O Modo Português de estar no Mundo*” – O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961) de autoria da historiadora portuguesa Cláudia Castelo. Na referida obra analisa-se a gênese e a estruturação da teoria do Lusotropicalismo desde as bases lançadas na obra maior de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, onde procura detectar-se como é que o lusotropicalismo foi sendo recebido pelos intelectuais, políticos e acadêmicos portugueses. Castelo dedica particular atenção aos tempos e modos de relacionamento do regime salazarista com o pensamento de Gilberto Freyre.

A obra de Cláudia Castelo representa um grande suporte para o objetivo principal deste trabalho, na intenção de analisar como ideias originalmente formuladas para explicar uma realidade nordestina brasileira foi resignificada em pelo regime Salazarista.

Em outro viés, o pesquisador Waldir José Rampinelli no livro *As duas Faces da Moeda*, busca estudar no contexto político e das relações internacionais como Gilberto Freyre e suas ideias contribuíram para a defesa do colonialismo português perante a ONU.

Ainda acerca do Lusotropicalismo e da contribuição de Gilberto Freyre ao Salazarismo, é relevante citar as análises inseridas na edição nº 3 da extinta revista *Lusotopie*, publicada em 1997. Nesta edição da revista foram publicados artigos voltados à analisar o Lusotropicalismo a partir de uma perspectiva crítica, apontando o uso e as contradições da teoria de Freyre pelo Estado Português. Destaque para o artigo *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*, de autoria de Maria da Conceição Neto, com uma análise que de alguma maneira influenciou e contribuiu para a pesquisa que se pretende aprofundar na concretização desde projeto.

A respeito de uma análise mais geral em relação ao Estado Novo em Portugal, é importante citar obras como *Estados Novos*, *Estado Novo*, *História de Portugal vol.7* e *Portugal e o Estado Novo*, respectivamente de autoria de Luis Reis Torgal, José Mattoso (Coord.) e Antônio Rodrigues de Oliveira Marques. Estas referidas obras oferecem um relevante contributo para uma análise sistêmica do regime, dando condições para um melhor entendimento para a articulação de tópicos mais aprofundados, como a política imperial, ideologia, discurso de Estado e legislação do período estadonovista.

Quanto ao estudo da política colonial portuguesa e sua importância para o regime, destacamos o estudo do inglês Perry Anderson acerca do modelo de exploração de Portugal em suas posses ultramarinas.

Esta análise esta sistematizada na obra *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*, na qual Anderson traça uma análise do modelo de exploração aplicado por Portugal na África, sobretudo em Angola, sublinhando suas especificidades. Para o autor, Portugal pratica um modelo de colonialismo brutal e defasado, sendo um caso atípico dentre os países detentores de colônias, uma vez que dependia substancialmente de suas colônias no aspecto econômico. Anderson sistematizou as características do colonialismo português, e dada à especificidade do modelo luso de exploração, designou um novo conceito para tratar da gestão portuguesa do ultramar, chamando-o de Ultracolonialismo.

Ainda acerca das práticas de gestão colonial portuguesa, devem ser citadas como obras importantes os livros *Império Africano – Séculos XIX e XX*, de Valentim Alexandre, e *História da Expansão Portuguesa* (volumes IV e V), organizado por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, ambas com análises robustas sobre o tema.

Outro importante viés da análise proposta por este projeto é a compreensão da importância e do uso da ideologia, sobretudo a ideologia colonial portuguesa durante o Estado Novo. Neste contexto, o historiador Valentim Alexandre é bastante esclarecedor no artigo *Ideologia, Economia e Política: A Questão Colonial na Implantação do Estado Novo*, publicado no nº 28 da revista *Análise Social*, tratando da importância da manutenção do colonialismo português para o regime, e do esforço de Estado Novo produzir e reproduzir ideias que legitimassem a manutenção do “esforço colonial” de Portugal.

Outra obra, *Colônia Mártir, Colônia Modelo*, de autoria de Sergio Neto, analisa como a ideologia colonial foi aplicada em Angola e Cabo Verde, oferecendo uma análise comparativa entre o modelo de exploração e o grau de sucesso das experiências portuguesas nestas duas províncias. O livro de Edward Said, *Cultura e Imperialismo*, auxilia o pesquisador a compreender as formas que estado colonial utiliza para propagar no seio da população sua ideologia de dominação,

se valendo de objetos de cultura ou pretensamente científicos, como no caso da obra e imagem de Gilberto Freyre.

No tocante aos aspectos legais do colonialismo luso, sobretudo em relação à pretensa política de assimilação dos “indígenas”, podemos citar como referências as obras “Muitas Raças, uma Nação”- O mito do multirracismo no Portugal Salazarista, de Luis Torgal, e O Estatuto do Indigenato – Angola – A legalização da discriminação racial portuguesa, de Elisabeth Cruz. Estas duas obras oferecem um relevante suporte para a compreensão de como o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (Decreto-Lei nº 33.666/54), estabeleceu em Angola um racismo institucionalizado, se configurando como uma barreira jurídica e cultural à ascensão social e afirmação racial da maioria da população negra angolana, contradizendo a construção assimilacionista do Estado Novo.

É através do uso dos conceitos levantados pela bibliografia, além da atrelagem com os dados obtidos das fontes, buscar-se-á construir uma análise acerca de como Gilberto Freyre e suas ideias em relação a sociedade nordestina foram reinterpretadas e alçadas ao contexto internacional do colonialismo português através do discurso de estado e de produções bibliográficas, nas quais se destacam periódicos de temática colonial, como a revista *Cadernos Coloniais*.

As fontes para a realização desta pesquisa estão disponíveis tanto por meio de arquivos locais, em acervos da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Fundação Gilberto Freyre, como também em acervos estrangeiros, acessíveis por meio virtual nos sites Memórias da África e do Oriente<sup>15</sup> e do Diário Oficial de Portugal<sup>16</sup>.

Das fontes localizadas na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), destacamos a coleção dos artigos escritos para imprensa produzidos por Gilberto Freyre, constando todos os textos escritos pelo sociólogo pernambucano para revistas e jornais de todo o mundo. Esta coleção, intitulada Gilberto Freyre, Jornalista: Uma Bibliografia está disponível para consulta na Biblioteca Blanche Knopf, e representa

15 <http://memoria-africa.ua.pt>

16 <http://dre.pt/>

um importante objeto de análise para a compreensão do pensamento de Gilberto Freyre. Outro fator para aumentar a relevância do estudo neste acervo para concretização deste projeto é a oportunidade de analisar o discurso de Freyre ao propagar sua defesa do colonialismo português, sobretudo nos seus artigos para periódicos portugueses e de outros países estrangeiros.

Na Fundação Gilberto Freyre são relevantes contributos de peças do Acervo Documental, como cartas pessoais do sociólogo - dado que muitas delas eram resultantes de correspondências com políticos e administradores do Estado Novo português -, como também os textos de palestras e conferências ministradas pelo sociólogo pernambucano. A fim observar as ferramentas retóricas usadas para embasar o lusotropicalismo e defender a empreitada colonial do salazarismo. Outras fontes importantes localizadas na Fundação Gilberto Freyre, são edições esgotadas e não mais publicadas, ou só apenas publicadas no exterior, de obras de Freyre.

O sítio do Diário Oficial de Portugal oferece ao pesquisador a oportunidade de acessar e efetuar download dos exemplares digitalizados do Diário Oficial Português, com um acervo que cobre de forma ininterrupta das publicações desde 1916. Neste sentido, este acervo é importante para a pesquisa, pois oferece acesso a toda legislação portuguesa para o ultramar, e assim dando subsídio para o alcance dos objetivos do texto que me propus escrever.

No acervo Memórias da África e do Oriente, é possível o pesquisador ter acesso aos exemplares digitalizados de periódicos de temática colonial, que tinha circulação em todo o território sob o domínios português. Destaque para os Cadernos Colonias, publicados entre 1920 e 1960, e o Boletim Geral do Ultramar, publicado entre 1925 e 1970. A relevância destas fontes está na possibilidade do pesquisador ter acesso direto ao discurso de Estado português voltado para as massa, e assim analisar como eram veiculadas ideias relativas a defesa da manutenção do colonialismo luso, bem como a

representação da província de Angola nestas publicações. Sendo assim uma contribuição importantíssima para a conclusão deste texto.

As fontes levantadas na FUNDAJ e na Fundação Gilberto Freyre são da mais alta importância para a compreensão de como Gilberto Freyre adaptou suas ideias em prol do colonialismo luso, sendo verdadeiras âncoras para a obtenção do objetivo principal deste projeto.

No sentido das fontes disponíveis em meio virtual, encontradas no portal do Diário Oficial Portugues e no sitio Memórias da África e do Oriente, sua relevância está no fato de oferecerem subsídios para o entendimento de como o sociólogo pernambucano foi interpretado e utilizado pelo discurso e a propaganda portuguesa, como também pela legislação colonial lusa.

Desta maneira, temos como concluído o corpo teórico e metodológico desta obra, e nos capítulos seguintes é desenvolvido um apanhado histórico acerca do colonialismo português durante o Estado Novo, seu domínio em Angola e estudos de casos relativos à representação do discurso colonial português relativo à Angola veiculado na revista *Cadernos Coloniais*.



# Breve história da colonização portuguesa em Angola durante o Salazarismo

# 2

## O Colonialismo no Salazarismo

Desde sua institucionalização, em 1933, o Estado Novo português despendeu muita atenção para com a política colonial do restaurado Império Português. As colônias foram sempre elementos prioritários para o ditador Oliveira Salazar, vistas como importantes não apenas no aspecto econômico, mas também encaradas como relevantes ferramentas políticas e ideológicas para a manutenção do regime.

A partir de um poderoso aparato de propaganda, o Salazarismo elaborou e incorporou ao discurso de Estado preceitos e ideias, baseadas em um nacionalismo exacerbado e na evocação de um passado glorioso, buscando a partir destas construções gerar na população portuguesa um sentimento de unidade em torno do regime ditatorial.

Neste contexto, foi muito recorrente no discurso Salazarista a evocação de um dito “legado histórico” de Portugal em colonizar territórios Ultramarinos, e através do espírito missionário inerente ao povo luso, levar a catequese e civilizar povos gentis. Foi a partir deste discurso, que o Estado Novo balizou a política colonial portuguesa entre as décadas de 1930 e 1940, com forte caráter imperial e representada através de uma ideologia conhecida como “Mística Imperial”.

Inspirada na “Mística Imperial”, a política colonial portuguesa adquiriu características imperiais, nacionalistas e centralizadora, buscando romper com a política adotada

pela Primeira República portuguesa<sup>17</sup> e refletindo o momento internacional, marcado pela crise internacional resultante da Quebra da Bolsa de Nova York e, principalmente, perante a cobiça das grandes potências pelos territórios coloniais portugueses, sobretudo, Angola.

Esta política ficou delineada através do *Acto Colonial*, redigido sob a supervisão de Salazar e publicado em 1930, durante o período de governo provisório que intercalou a queda da Primeira República portuguesa e a Institucionalização do Estado Novo, com a publicação de uma nova Carta Constitucional para Portugal. O *Acto Colonial* se tratava de um código de leis relativas à administração do Ultramar português, e que seria incorporada à Constituição Portuguesa de 1933.

Dentre suas principais medidas, estava a restauração do Imperio, passando o nome oficial do Estado para Imperio Colonial Português, que constituía a soma territorial da metrópole com as posses ultramarinas, as colônias. No seu artigo 2º, o *Acto Colonial* reafirmava a vocação e o direito histórico pela colonização, de propagar os valores cristãos e da civilização.

A partir do marco legal do *Acto Colonial*, e principalmente, após a institucionalização do Estado Novo, Portugal manteve um modelo administrativo às suas colônias baseado na exploração econômica, segregação racial e imposição religiosa e cultural nas colônias. Este modelo de exploração, Perry Anderson classificou como o “Ultracolonialismo Português”<sup>18</sup>.

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, a conjuntura internacional mudou, e as políticas coloniais das grandes potências apontavam para um processo de descolonização de suas posses na África e Ásia. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi consagrado o direito à autodeterminação dos “territórios não autônomos”, devendo os países signatários da organização trabalharem para garantir a preparação de suas colônias para a independência.

17 Deposta em 1926.

18 ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do Ultracolonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Na mudança no contexto internacional, Portugal buscou manter suas colônias, e para isto teve que tomar medidas que alterassem, mesmo que apenas de forma retórica e cosmética, a relação de poder entre a metrópole e as posses ultramarinas, com adaptações na legislação colonial para fazer frente à nova ordem internacional.

No período que vai de 1945 a 1951, o Estado português passou a discutir soluções em prol da manutenção das Colônias, enquanto a ONU e as principais forças internacionais começaram a pressionar Portugal para a emancipação de seus “territórios não autônomos”. É neste corte cronológico, que se inicia o abandono da “Mística Imperial” como ideologia colonial, e é ensaiada uma aproximação do discurso de Estado com as ideias do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

O pensamento de Freyre até o momento havia tido uma recepção controversa no Portugal estadonovista. Sua obra mestra, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, recebeu uma avaliação positiva no cenário cultural português, porém, no campo político, o Estado Novo transitou entre a rejeição implícita e a crítica aberta às ideias do pernambucano.

Gilberto Freyre entre a década de 1930 e os últimos anos da década de 1940 não conheceu nenhuma aceitação oficial junto ao regime português. Estava em voga a afirmação do império e da defesa dos valores de uma raça portuguesa, que deveria impor aos selvagens a civilização e a moral cristã, não havendo espaço para a miscigenação e a democracia racial expressada por Freyre em suas obras, na sua tentativa de explicação da formação do Brasil.

Tendo como pano de fundo o processo de apropriação das ideias do sociólogo pernambucano pelo Salazarismo, em meio às pressões internacionais para a descolonização da África e Ásia, procura-se analisar como Gilberto Freyre, partindo de ideias elaboradas para explicar a formação da sociedade brasileira, passou a compor um discurso de legitimação do colonialismo luso, a partir da observação deste processo na representação, da até então, província de Angola na Revista *Cadernos Coloniais*.

Com a emergência de uma nova ordem internacional no pós II Guerra, surge a necessidade de Portugal responder a pressão em torno da sua política colonial. A conjuntura da época impunha ao Estado português um esforço gigantesco de esclarecer o sentido de seu colonialismo.

O Estado Novo buscava, perante a ONU, a aceitação de um Portugal com colônias, mas sem se perceber colonialista – está aí o motivo das manobras retóricas e alterações constitucionais para recharacterizar o estatuto do Estado português.

Salazar trata de se aproximar de Gilberto Freyre, a fim de desconstruir o discurso de império, baseado no processo impositivo e unilateral dos portugueses no trabalho de civilização e catequese no ultramar. O Estado Novo buscou em Freyre a construção de um novo discurso colonial, mais adequado à conjuntura do Pós II Guerra, que pregasse uma maior interação e harmonia entre Portugal e seus territórios ultramarinos.

Esta desconstrução tem ápice em 1951, quando o Estado Novo promulga o decreto-lei 2.048/51, que revoga o *Acto Colonial*, trazendo a reboque modificações como o fim do Império Colonial Português, e o câmbio do estatuto das colônias, que passaram a serem designadas como Províncias Ultramarinas – que junto a Portugal compunham um único Estado, o Estado Português.

Tais modificações buscavam mostrar à ONU que a relação entre Portugal e seus “territórios não autônomos” não era de metrópole e possessão, mas compunham “*Uma só Nação do Minho ao Timor*”, como pregava o novo discurso de Estado.

A revogação do *Acto Colonial* marca também o fim da vigência da “Mística Imperial” como princípio norteador do colonialismo português, e a emergência do pensamento de Gilberto Freyre como princípio orientador do discurso e política de Portugal em relação ao ultramar.

Dois meses depois da promulgação do decreto-lei 2.048/51, em Setembro de 1951, Gilberto Freyre parte, a convite de Salazar, para uma excursão de caráter científico em Portugal

e Províncias Ultramarinas, selando uma aliança entre o Estado Novo e Freyre, para a apropriação das ideias do pernambucano na legitimação do colonialismo de Portugal.

A partir de conceitos lançados em suas obras anteriores – sobretudo *Casa Grande & Senzala* -, e de observações tidas na excursão de cerca de um ano que fez à Portugal e Províncias Ultramarinas, Gilberto Freyre desenvolve o Lusotropicalismo. Primeiramente lançada em conferencias realizadas em Universidades europeias, e propagadas através de duas pequenas obras, intituladas *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicadas em 1954, em que constavam as observações de Freyre sobre a sociedade de Portugal e Ultramar Português.

O Lusotropicalismo, na visão de Freyre é resultante de três pontos característicos específicos ao português e que conferem a Portugal um desempenho colonial destacado: a Mobilidade, a Miscibilidade e a Aclimatabilidade. Estes três pontos inerentes ao português estão inclusos na principal obra do sociólogo pernambucano, *Casa Grande & Senzala*. Neste sentido, pode-se dizer que o Colonialismo português passou a ser defendido com base em uma teoria que originalmente advém de uma explicação da formação da sociedade brasileira, sobretudo do Nordeste do Brasil.

Atraves do Lusotropicalismo, o Salazarismo construiu um discurso que tratava Portugal como uma “nação multirracial e pluricontinental”, e da preocupação do Estado em promover uma política integracionista no Estado Português. As ideias e o prestígio internacional do sociólogo Gilberto Freyre, buscavam legitimar a manutenção das posses portuguesas.

A teoria lusotropicalista lisonjeou o sentimento português e reforçou a sua convicção na originalidade da colonização lusa, apresentada como isenta de preconceitos raciais, oferecendo oportunamente à ditadura salazarista um alibi científico para a sua defesa da vocação colonial e da presença portuguesa no ultramar.

Como Doutrina Imperial, o Lusotropicalismo e as ideias

de Gilberto Freyre influenciaram mudanças na legislação colonial e no discurso de Estado português. No plano da diplomacia internacional, endossam o discurso de que Portugal “constitui uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura”<sup>19</sup>.

Durante os 31 anos que perdurou o Estado Novo (1933-1974), Portugal nunca presenciou tantas mudanças na legislação colonial quanto entre 1951 e 1961, período que vai da extinção do *Acto Colonial* ao início das primeiras guerras de independência no ultramar português. Foram pelo menos cinco alterações legais<sup>20</sup> relevantes, e todas sob influência, ao menos retórica, das concepções de Gilberto Freyre.

Dentre os dispositivos legais feitos à luz das ideias de Gilberto Freyre, destaque para o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (Decreto-Lei nº 33.666/54), que legislava acerca das leis relativas aos indígenas, apregoando desde o trabalho e o direito privado, às bases e exigências para um “indígena” alcançar o estatuto de “assimilado”. Representava, segundo o discurso de Estado, a oportunidade para todos os habitantes do Estado Português, de alcançar a cidadania portuguesa.

Gilberto Freyre aproveitou o momento da publicação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, para defender a manutenção das posses ultramarinas Portuguesas, afirmando que a legislação do Estado Português estava “avançando a passos largos na garantia da promoção de um Portugal “nação multirracial e pluricontinental”, com um só povo e uma só nação espalhado na África, Ásia e Europa”<sup>21</sup>.

Este processo de apropriação do pensamento de Gilberto Freyre pelo Estado Novo não ocorreu sem que houvesse claras demonstrações de contradições entre discurso e a práticas portuguesas no Ultramar. A província de Angola foi o grande exemplo de como estas contradições eram evidentes.

19 CASTELO, Cláudia. O Modo Português de Estar no Mundo. Porto: Afrontamento, 2011, 2ª Ed, p. 97.

20 Revogação do Acto Colonial, Decreto-Lei nº 2048/51 de 1951; Lei Orgânica do Ultramar, Decreto-Lei nº 2066/53 de 1953; Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei nº 39666/54 de 1954; Criação dos Estatutos Orgânicos Provinciais, em 1955; Abolição do Indigeto, Decreto-Lei nº 43863 de 1961.

21 *Apud* CASTELO (2011), p.126.

Era considerada a província colonial mais importante de Portugal<sup>22</sup>, e acabou sendo o território que Gilberto Freyre mais citou para exemplificar as práticas Lusotropicalis no Estado português, com destaque para a interação entre as raças e a crescente concessão aos “indígenas” da cidadania portuguesa - obtida, segundo ele, através da interação entre as culturas, e dedicação portuguesa em levar os valores de sua civilização aos povos autóctones<sup>23</sup>.

Porém o que se verificava na prática era um território racialmente dividido, divisão esta estabelecida pelo mesmo Estatuto dos Indígenas que Freyre tanto louvara. Uma minoria branca administrava a província, e ocupava os principais postos de trabalho, enquanto a maioria da população, de origem negra, não tinha acesso à cidadania e ascensão social.

O que se verificava em Angola é que *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (Decreto-Lei nº 33.666/54), estabeleceu um racismo institucionalizado, se configurando como uma barreira jurídica e cultural à ascensão social e afirmação racial da maioria da população negra angolana, contradizendo a construção assimilacionista do Estado Novo.

Assim, procurar-se-á estudar o percurso de transição entre a “Mística Imperial” e o “Lusotropicalismo” como princípio norteador da doutrina colonial portuguesa, e o acolhimento do pensamento de Gilberto Freyre pelo Estado Novo Português, buscando observar de que maneira uma explicação acerca da formação do Brasil, a partir da sociedade nordestina, atravessa o Oceano Atlântico, é resignificada e adotada em Portugal no discurso nacionalista luso, utilizada como alibi e elemento legitimador do colonialismo português na África, no caso desta análise das representações da Província de Angola e sua população através da revista *Cadernos Coloniais*.

## Angola no Ultramar Português

Angola era a mais importante possessão colonial portuguesa na África, estando a partir da segunda década do século XX,

22 ANDERSON (1966), p. 53.

23 CASTELO (2011), p.63.

em meio às várias modificações jurídicas e institucionais, resultantes das reformas coloniais iniciadas pela ditadura portuguesa que subiu ao poder em 28 de Maio de 1926.

A ditadura portuguesa buscou reorganizar o império português, através de modificações jurídicas, com destaque para o *Ato Colonial*, posto em prática em 1933. O processo de organização do império português tem início com a definição dos quadros jurídicos e institucionais relativos às colônias. As modificações têm início com o Código do Trabalho Indígena, legislada em 1928.

Porém, as maiores modificações legais e de postura em relação à política colonial se deram em 1930, quando Antonio Salazar, então Ministro das Finanças, acumula o cargo de Ministro das Colônias, e fazendo ser aprovado o *Ato Colonial*. Com este dispositivo legal, o quadro institucional das colônias é estabelecido, expressando a dita “função histórica” de Portugal ao mundo, como enunciado no Título I da lei:

“(…) É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem”<sup>24</sup>

Com o fortalecimento da figura de Salazar, e sua posterior ascensão ao cargo de gestor maior de Portugal, as colônias passam a ser em vistas como uma via de solução para a crise financeira que assolava a metrópole. A vocação imperial portuguesa é evocada, se transforma junto com a preocupação econômica, em uma das principais prioridades do Estado.

No mesmo ano, em 1933, é instaurado em Portugal o Estado Novo, que perdurou no poder de 1933 a 1976, com um regime fortemente nacionalista, anticomunista, antiliberal e defensor da crença católica. Seu maior nome foi ex-ministro António de Oliveira Salazar, que chefiou o país de 1933 a 1968, por meio de uma ditadura com ares fascistas.

Com o início do Estado Novo Português, Salazar consegue centralizar a gestão das colônias em Lisboa. Uma das

24 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Vol. XIX. Porto: 1ª edição. 2007, P. 80

maiores preocupações de Salazar, estava na manutenção dos domínios coloniais portugueses, sobretudo na Angola, colônia que abrigava os territórios mais extensos e ricos dos domínios coloniais de Portugal.

Angola, como toda a África portuguesa, agora vista como a salvação financeira à crise da metrópole, passa a sentir os efeitos do radicalismo financeiro regido por Antonio Salazar. Com um forte combate ao capital externo – sobretudo às companhias de capital misto voltadas à exploração mineral e vegetal criadas na primeira república portuguesa -, o ditador impõe às colônias uma estrita fiscalização nas trocas comerciais, a fim de garantir o atendimento das necessidades da metrópole.

Com o “Ato Colonial”, houve o estabelecimento de uma política de complementaridade que deveria unir Metrópole e Ultramar, considerando Salazar que esta atitude protegia o comércio externo de Portugal e poupava suas reservas de capital.

SERRÃO afirma:

“Entre 1930 e 1950, e, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo procede de maneira a encontrar nas suas colônias as matérias primas de que tem necessidade, a fim de retirar o melhor proveito possível da zona Escudo”<sup>25</sup>

A fim de suprir as necessidades de Portugal, Angola, principal celeiro agrícola do império, se viu obrigada a realizar o plantio forçado de culturas requisitadas pela metrópole.

Culturas de algodão, café e culturas que rendessem óleos vegetais foram postas à força nas colônias, o que por consequência acabou gerando graves problemas alimentares em Angola, além de iniciar um problema sócio-agrário que mais a frente terá sérios desdobramentos, que foi a invasão dos pousios tradicionais da agricultura itinerante africana.

Apesar deste esforço, como coloca SERRÃO, “o comércio com o império jamais representou mais de um quinto das

trocas totais de Portugal, mesmo nos melhores dias do pacto colonial”.<sup>26</sup> Até a Segunda Guerra Mundial, Angola e as demais colônias se comportavam apenas como fornecedores de matérias primas para a Metrópole.

O Ato Colonial e o corpo de normas instituídas pelo Estado Novo centralizaram a gestão e as decisões em Lisboa, de modo que os Governadores e Governadores-Gerais das Colônias perderam a margem de poder e autonomia de que gozavam até então. Os gestores locais passaram a ser apenas difusores das políticas e determinações advindas da metrópole.

SERRÃO coloca que a centralização de Salazar chegou a transformar os chefes tradicionais em “simples regedores, ou régulos, fiscalizados pela autoridade colonial”<sup>27</sup>. Esta questão será objeto uma análise mais aprofundada, nos capítulos subsequentes.

As reformas administrativas durante o Estado Novo buscaram uniformizar a organização e a gestão colonial. A burocracia colonial tinha seu cargo máximo na figura do Governador – ou Governador Geral.

A administração portuguesa no Ultramar era em boa parte formada por funcionários mal-preparados e com pouco estudo, excetuando os Governadores e outros poucos de postos graduados, a maioria dos servidores eram portugueses que viviam nas colônias e que com uma educação sumária observavam na carreira pública uma fonte segura de rendimentos – uma parte proveniente de corrupção.

O Estado Novo vai dar corpo político, social e econômico ao movimento de regresso a um universo português ruralista e socialmente arcaico, determinando uma política nacionalista, que por meio do apelo à tradição, da história e legado imperial, dos valores Católicos e da unidade nacional, se opunha a movimentos internacionais. Neste sentido, Portugal buscou uma outra via se não a de escolher entre aderir ou estar periférico à Estados Unidos ou à União Soviética.

A autora Margarida Calafate Ribeiro<sup>28</sup> coloca:

26 SERRÃO. 2007, p.85

27 SERRÃO. 2007, p.86.

28 RIBEIRO, Margarida Calatafe. Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Colonialismos. Ed. Afrontamento, Porto, 2004.

“A pedra angular desta ressurreição nacional far-se-á pelo regresso aos valores iniciais da aventura Imperial portuguesa, reforçando, na ideologia imperial, a vocação ecumênica cristã dos portugueses para civilizar e evangelizar. Assim, à sacralização do império como entidade e herança mítica e histórica(...), juntava-se agora a sacralização do império como espaço de missão cristã.”<sup>29</sup>

Neste sentido, o Estado português investiu intensamente na propaganda colonial, e em teses como a do “lusotropicalismo” ou a “mística imperial”. A propaganda estatal portuguesa induzia leitores e espectadores a relacionarem o mítico Dom Henrique com a figura do líder Salazar, ambos homens castos e moralmente íntegros guiavam Portugal à domínios e conquistas ultramarinas.

O Luso-tropicalismo, tese publicada pelo brasileiro Gilberto Freyre, logo aceita e assumida pelo governo de Salazar como propaganda de estado, consistia na defesa de que o português era um povo com vocação e missão em integrar os povos dos trópicos em uma só nação cristã e democrática racialmente.

Como argumentos embaixadores, são levantados pontos como a existência de miscigenação, fusão cultural e a ausência de preconceitos como sendo justificativas ao papel histórico do português. Gilberto Freyre defende que o gênio colonizador português se baseia na mestiçagem racial e cultural.

Para o Estado Novo, tal teoria confirmava outra tese, a da “mística imperial” portuguesa, que propagava a idéia de uma mística luso-cristã de integração nos trópicos. O estado promove a consagração da referida tese brasileira a um discurso português e imperial, com um tom providencial e messiânico que anunciava uma nova era por vir.

“Salazar oferecia aos portugueses uma pátria única, exemplar e feliz, cobiçada por estrangeiros. Ao exterior, Portugal era apresentado como o país portador de uma missão providencial de importância capital na preservação dos valores cristãos ocidentais em África, pela criação de sociedades multirraciais como a única esperança de salvação”.<sup>30</sup>

29 RIBEIRO, Margarida Calatafe. Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Colonialismos. p 20

30 RIBEIRO, Margarida Calatafe. Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Colonialismos. P.22

A teoria do Lusotropicalismo encaixava bem na pretensão do estado português de justificar seus territórios ultramarinos, uma vez que dava pretensa base científica às posições que vinha defendendo internacionalmente. A teoria do luso tropicalismo acentuava a concepção do Estado português como sujeito de um processo civilizacional no Ultramar, sendo uma espécie de messianismo, que via na ação ultramarina de Portugal o cumprimento de uma missão que lhe fora outorgada por providencia divina.

O meio acadêmico foi exaustivamente usado para a propagação do discurso de legitimação da dominação portuguesa, e diversos periódicos com a temática colonial foram veículos a serviço do Estado português. Editoras como as Edições Cosmos ou Imprensa Oficial Portuguesa, publicaram entre 1920 a 1970 – mas com especial relevância no período entre 1933 a 1968, o período em que Salazar esteve à frente do Estado Novo português – periódicos que faziam propaganda do colonialismo português, com destaque para revistas como *Cadernos Coloniais* e o *Boletim Geral do Ultramar*.

Estes periódicos eram compostos por notícias, artigos, dissertações e teses que buscavam legitimar de forma científica a dominação colonial portuguesa, sobretudo por meio de argumentos históricos e sociológicos que evocam a tradição e o legado deixado pelos portugueses em suas posses.

Após a Segunda Guerra Mundial, Salazar se viu obrigado a mudar a abordagem do Estado totalitário português para com suas coloniais. O ditador português tinha consciência de que sem as devidas modificações na sua política colonial, as posses ultramarinas portuguesas poderiam ser pulverizadas diante do no desenho geopolítico que o pós Segunda Guerra Mundial propiciou ao planeta.

As modificações de Salazar na política colonial portuguesa foram concebidas no final da década 40, postas em prática na década de 50 e se estenderam até meados da década de 1970, buscando tentar ressignificar o velho Império português, de passado glorioso narrado por Camões, e constantemente evocado no fascismo salazarista.

Em 1951, o Estado Novo revogou o “Ato Colonial” – lei promulgada em 1930 que restringia a autonomia política e fiscal das colônias, visando, sobretudo aumentar a exploração portuguesa na África e que denominava os territórios portugueses de Império Colonial Português – e deu mais liberdade administrativa e financeira às colônias. Além desta mudança na abordagem para com suas colônias, Portugal modificou-as estatutariamente, deixando de o título de Colônias para tornarem-se Províncias portuguesas, o que também modificou o nome do império, que passou a se chamar Império Ultramarino Português.

Esta reforma feita por Salazar na política ultramarina também afetou o discurso adotado pelo estado e seus meios de propaganda e divulgação perante a África. As teses racistas e de segregação propagadas outrora, deram espaço para uma abordagem conciliadora, não deixando de ser enaltecida do português, mas que também aponta contribuições e interações positivas entre negros e brancos, defendidas no Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre.

Além da questão estatutária dos domínios ultramarinos, o estado português buscou transformar Angola e as demais províncias Ultramarinas em espaços de povoamento. Imigrantes portugueses foram incentivados a migrarem, sobretudo para Angola. Cerca de 500.000 portugueses foram à Angola, a maioria famílias pobres de Portugal e que seguiram para se instalarem em assentamentos montados e subsidiados pelo governo português.

Os assentamentos para os colonos prejudicaram muitas comunidades africanas, que historicamente estavam estabelecidas nas terras loteadas ou tinham usavam estes territórios na tradicional agricultura itinerante. Isto gerou tensões tanto em lutas agrárias entre negros e colonos, quando na migração desordenada de negros tradicionalmente agricultores e habitantes da zona rural, rumo à cidade como Luanda, Lobito e Huambo.

Por maior que foram os esforços do Estado, e os conflitos provocados, os assentamentos de colonos em sua grande

parte não prosperaram, com a maioria dos colonos abandonando as terras e migrando para as cidades ou aqueles que permaneceram em suas glebas não viviam da agricultura.

O fracasso da migração em massa de portugueses, organizado pelo estado, terminou por gerar fortes tensões que influenciaram no processo de eclosão da guerra de independência de Angola, em 1961.

Após a exposição dos conceitos supracitados, e um breve histórico de Angola entre 1920 e 1960, podemos dar início às análises centrais deste trabalho, que hão de estar

# O percurso das ideologias coloniais portuguesas durante o Estado Novo

# 3

Durante o Estado Novo (1933-1974), Portugal esteve sob a regência de um modelo nacionalista e autoritário, que buscava no colonialismo forças para legitimar politicamente o regime e reerguer a frágil economia do país<sup>31</sup> à base da exploração das colônias.

A Questão Colonial foi elemento importante na agenda política portuguesa, sendo a manutenção de posses ultramarinas preocupação de Portugal desde o período Monárquico. De acordo com a historiografia portuguesa<sup>32</sup>, a política colonial da 1ª República foi um dos fatores que levaram ao golpe civil-militar de 1926, e que deu início à ditadura que implantaria o Estado Novo em Portugal.

Em qualquer exame que acerca do Estado Novo português se faz evidente a importância da Questão Colonial ao regime, sendo um fator relevante na sua ascensão, bem como na sua derrocada, devido à dependência econômica da metrópole na exploração de suas colônias, sobretudo as de Angola e Moçambique.

Sob o comando de Antônio de Oliveira Salazar - Chefe de Governo durante boa parte do Estado Novo, entre 1933-1968 -, Portugal apostou alto no Colonialismo, executando uma “política clara de aproveitamento dos territórios africanos”<sup>33</sup>.

Para além dos aspectos políticos e econômicos, foi marcante o peso da ideologia colonial no período de consolidação do regime, sendo este, um dos pilares na qual o Estado Novo edificou-se.

31 Acerca do Estado Novo Português (1933-1974), consultar MARQUES, A.H. de Oliveira. Portugal e o Estado Novo. 1º Edição. Lisboa: Presença, 1972; do mesmo autor, o livro Portugal e o Estado Novo. 1º Edição. Lisboa: Presença, 1972; e a obra MATTOSO, José. O Estado Novo. Porto: Estampa: 1º ed. 1997.

32 Consultar MATTOSO, José. História de Portugal, vol.VII, Porto: Estampa. 1997

33 ALEXANDRE (1979), p.21.

Para compreender como se deu o processo de incorporação ideológica na política e no discurso do Estado português, se faz necessária à observação de como se deu a ascensão de Antônio Salazar ao controle de Portugal.

## **Ascensão de Salazar e a incorporação da ideologia na administração colonial**

Em 1928, dois anos após a Revolução Nacional (golpe que derrubou a Primeira República Portuguesa<sup>34</sup>), Portugal vivia em clima de indefinição e combate entre diferentes projetos para o Estado. As perspectivas políticas dentro do bloco golpista estavam em combate, mas congregavam na rejeição ao Liberalismo e na profissão de um nacionalismo, muitas vezes extremado.

O Estado estava sendo governado por uma junta militar, que adotou postura autoritária, nacionalista e centralizadora na gestão do país. Os poderes legislativos foram suspensos e foi decretado estado de exceção. Portugal passou por um período de incerteza e instabilidade crescente. Não existia uma agenda política, cronograma de transição ao estado de direito e nem haviam sido contemplados os anseios dos variados grupos que formavam a base do golpe.

Se no campo político havia clima de agitação e efervescência, a economia portuguesa estava em crise, apresentando aumento desenfreado na inflação e da dívida pública, o que debilitava ainda mais a frágil e atrasada economia lusa. O quadro econômico português estava delineado da seguinte maneira:

“Uma agricultura de semi-subsistência, uma indústria insignificante na produção de manufaturados, um setor consumidor extremamente limitado, exportações predominantemente confiadas a produtos primariamente processados: eis Portugal, uma potência imperial, com a economia de um país subdesenvolvido”<sup>35</sup>.

34 Consultar MATTOSO, José. História de Portugal, vol. VI. Porto: Estampa. 1997

35 ANDERSON (1966), p.7.

Neste contexto, emerge a figura de Antônio Salazar na cena política portuguesa. O então professor de economia na

Universidade de Coimbra assume o Ministério das Finanças. Salazar exige e é acatado no pedido de poder gerir nas finanças de todos os ministérios portugueses, e dá início a uma gestão econômica marcada pela austeridade e o antiliberalismo.

Rapidamente a política econômica do ministro começa a mostrar resultados, dado que no ano fiscal 1928-1929, a inflação havia abaixado, e as contas do Estado estavam sob o controle<sup>36</sup>. O sucesso nas rédeas da economia do Estado conferiu a Antônio Salazar muita popularidade e força política, na qual o ministro se via com cada vez mais poderes, gerindo e influenciando decisões de outros ministérios e esferas do poder em Portugal.

O Ministro emerge como uma liderança do grupo nacionalista radical, que observava na ação colonial a finalidade histórica de Portugal, como vocação própria da nação, e tinham na conservação do império a condição para a manutenção da soberania nacional portuguesa. Representavam uma corrente política que desde o fim da Primeira República pregava a adoção de uma postura nacionalista e de tom centralizador em Portugal, e o Império está no centro de sua argumentação nacionalista.

Com a popularidade e o prestígio angariado no cargo de Ministro das Finanças, Salazar termina por se inserir no centro das decisões da Ditadura Nacional, acumulando cargos e assumindo a responsabilidade de articular a formação de um novo regime, o Estado Novo.

Como base política para a remodelação do Estado, Salazar ,com fundos provenientes do Orçamento de Estado, funda em 1930 a União Nacional, partido com a proposta de oferecer a Portugal um regime centralizador e nacionalista. Formavam a base da União Nacional correntes da direita republicana, de alguns sectores monárquicos e dos católicos.

Através de fortes investimentos em propaganda, a União Nacional buscou através do discurso legitimar as mudanças que se pretendia fazer no regime e provocar uma coesão na sociedade por meio da argumentação nacionalista adotada pela partido.

O discurso estava articulado através da defesa da construção de um Estado Antiliberal, centralizador e nacionalista, que concebia no colonialismo a expressão da vocação histórica lusa de civilizar e catequizar povos gentís, construindo um arcabouço ideológico e retórico conhecido como “Mística Imperial”<sup>37</sup>.

A “Mística Imperial” deixou sua marca, sobretudo, em aspectos da administração colonial entre as décadas de 1930 e 1940. Desenvolvida em um contexto de incerteza em torno do rumo do Estado, e ameaça de perda das províncias coloniais, surge, sobretudo, como um discurso de afirmação do nacionalismo e do orgulho do povo português. Através da propaganda e do discurso, Salazar buscava aproveitar a situação, e a partir dela angariar a aprovação popular necessária para arrefecer a efervescência política e operar as reformas que levariam ao Estado Novo, institucionalizado em 1933.

## **A influência da Mística Imperial na política africana de Portugal**

A Mística Imperial, principal ferramenta ideológica do arcabouço retórico do Salazarismo, tinha como principal argumentação à apologia ao colonialismo. Nos discursos e em ferramentas de propaganda, estavam bem claros a preocupação em enfatizar uma pretensa peculiaridade no colonialismo luso, defendida através da defesa que a “obra colonial é, acima de tudo, uma obrigação do Estado português, que tem como vocação tocar a missão de cristianizar e civilizar as raças atrasadas”<sup>38</sup>

Através de Salazar, a gestão colonial entre 1930 até o fim da II Guerra Mundial (em 1945) passou a ser delineada, em seus aspectos administrativos e legais, a partir da Mística Imperial.

No ano de 1930, quando Salazar assumiu de forma interina o Ministério das Colônias, ele opera uma grandiosa ruptura com o modelo administrativo colonial até então praticado por

37 Consultar AZEVEDO, Fernando Alves de. *Mística Imperial*. Lisboa: Cosmos, N° 17. 1939.

38 AZEVEDO (1939),p 15.

Portugal. A luz da Mística Imperial, Salazar delineou uma gestão do ultramar português através de uma perspectiva imperial, sistematizada através do Acto Colonial<sup>39</sup>.

A influencia liberal na gestão colonial foi abandonada, passando a uma configuração exploratória em que o Estado português seria o principal agente. Salazar aplicou sua perspectiva de que o caminho para a estruturação econômica de Portugal passava por uma melhor e mais sistematizada exploração das posses ultramarinas.

Foi o início de um processo de integração econômica entre Portugal e suas posses coloniais, em uma lógica na qual a metrópole buscava nas colônias a solução para sua economia.

O ministro substituiu respectivamente a autonomia administrativa, o capital estrangeiro e o desenvolvimento autônomo das colônias, por um modelo de gestão centralizada, financiado com capital nacional (sobretudo estatal) e de integração na gestão econômica do Império.

A nomenclatura do Ultramar Português foi alterada e passou a ser denominado Império Ultramarino Português, com as “Províncias Ultramarinas” redefinidas como Colônias. Esta modificação representa muito mais do que uma medida retórica ou administrativa, sendo uma marca legal da Mística Imperial, relacionada com o teor ideológico que o Estado Novo estava disposto a fazer permear na sociedade portuguesa, com o objetivo de legitimar o regime e suas determinações.

Em 1932, através da *Reforma Administrativa Ultramarina*<sup>40</sup>, Salazar concluiu o processo de remodelamento da gestão e legislação colonial. O Ultramar português foi restaurado como Império, com um modelo de exploração reconfigurado, a fim de atender ao novo contexto político metropolitano.

A gestão colonial passou a ser centralizada, na qual o Estado português buscou nacionalizar as empresas e o capital investidos nas colônias, adotando uma gestão integrada da economia do império. Este modelo de gestão buscava explorar melhor os potenciais das colônias, e, sobretudo

39 Decreto-Lei nº 18.570, de 8 de Julho de 1930.

40 Decreto-Lei nº 23.229, de 15 de Dezembro de 1933.

favorecer o fortalecimento econômico da metrópole, que enfrentava dificuldades decorrentes do seu atraso econômico e do isolamento internacional<sup>41</sup> adotado por Portugal após a Revolução Nacional.

É neste período que são lançadas as bases do modelo de exploração colonial que Perry Anderson chamaria de “Ultracolonialismo Português”<sup>42</sup>. Ainda segundo o historiador inglês, o colonialismo português era ao mesmo tempo “o mais perverso, como também o mais atrasado” dos colonialismos europeus do século XX. A metrópole era subdesenvolvida, e sua economia imperial era atípica, na qual Portugal produzia apenas bens primários e era dependente de bens de indústria pesada.

Desta maneira, não podia fazer de suas colônias mercados consumidores, e dependia da comercialização das riquezas produzidas no ultramar (como diamantes, minérios e extratos vegetais) para sobreviver. Na prática, Portugal agia como uma espécie de “parasita” de suas colônias, apenas sugando as riquezas, realizando uma super exploração das Colônias.

Perry Anderson concebe que a economia colonial portuguesa era invertida, segundo a explicação abaixo:

“Com a única exceção do algodão para a indústria têxtil, a clássica absorção colonialista de matérias prima para a reexportação como produtos manufaturados não ocorre. A balança é exatamente inversa: exportação quase total de matérias primas (cortiça, vinho, etc; envolvendo um mínimo de intervenção tecnológica) e importação de manufaturados. O padrão é, assim, o verdadeiro reverso de uma economia imperialista”<sup>43</sup>.

Outro aspecto que aumentava o grau de exploração do imperialismo português sob as colônias após a publicação do Acto Colonial e da Reforma Administrativa Ultramarina, era o fato de os colonizadores brancos imporem em larga escala o trabalho forçado aos povos africanos do Império, sobretudo nas províncias de Angola e Moçambique. Além de ser uma exploração deplorável no caráter humano, era contraditória

41 ANDERSON (1966), p.25.

42 Consultar ANDERSON, Perry. Portugal e o Fim do ultra Colonialismo. RJ: Civilização Brasileira. 1966.

43 ANDERSON (1966) p.7.

no sentido do propagado caráter missionário religioso da obra colonial lusa, e dificultava fortemente a formação de mercados consumidores fortes nas colônias.

O modelo de administração e exploração colonial influenciado pela Mística Imperial e sistematizado na legislação colonial lançava Portugal em círculo vicioso de exploração das colônias e estagnação econômica.

Para além dos aspectos econômicos e administrativos, o Estado Novo se preocupava constantemente em justificar e buscar legitimar a ação colonial portuguesa através do discurso e da propaganda.

O Estado investiu forte nas mais variadas plataformas de propagação do regime e dos feitos imperiais. Antigas teorias acerca do caráter do homem português são revistas, como também outras novas são desenvolvidas, e propagadas com o apoio do estado, através de meios culturais e científicos<sup>44</sup>, por meio de revistas, concursos literários, cartazes, filmes e exposições públicas.

O desenvolvimento da propaganda de Estado no contexto colonial apresenta algumas peculiaridades, em relação ao discurso do império e principalmente na representação das colônias e dos colonizados.

“O que há de marcante nestes discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do “Oriente misterioso”, os estereótipos sobre o “o espírito africano”, as idéias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou longo castigo quando “eles” se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que “eles” melhor entendiam era a força ou a violência; “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados.”<sup>45</sup>

Foi através do discurso e da narrativa que autores, filósofos colonialistas e o Estado buscava justificar e legitimar sua ação imperialista. Retratar o colonizado como exótico e bárbaro estava incluído dentro de uma lógica de apresentar ao povo

44 Acerca deste assunto consultar os artigos:

RODRIGUES, Flávia Arruda. Prêmio de Literatura da Agência Geral do Ultramar: Uma Ferramenta de Dominação do Estado Novo Português.

RODRIGUES, Flávia Arruda. A Legitimação da Colonialidade Portuguesa: Narrativas da Dominação nos Concursos de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias.

SANTOS, Jeanne de Cássia Nascimento. Literatura Colonial Portuguesa: Espaço, Poder e Imperialismo.

45 SAID (2011) p.9

metropolitano, tão distante da África, simultaneamente a necessidade de levar àquele mundo estranho africanos missões humanitárias civilizadoras e jornadas exploratórias das riquezas naturais, que embora distintos fossem justificativas à empreitada colonial.

“Sendo minha tese básica a de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles. O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, que tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, que a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa.

As próprias nações são narrativas. O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos”.<sup>46</sup>

O africano não tinha voz neste contexto colonial, e suas representações satisfaziam os interesses no narrador, no caso o colonizador. Temos como ricas fontes para analisar o contexto da narrativa e representação de África na propaganda portuguesa os Cadernos Coloniais. Editado entre 1928 e 1962, os Cadernos Coloniais era uma revista que tinha como linha editorial, buscar retratar através da narrativa de agentes da colonização lusa (estes, à luz da retórica colonial em voga), a realidade e os avanços da obra colonial portuguesa na África.

Um dos primeiros números dos Cadernos Coloniais foi dedicado à uma definição e explicação do que seria a Mística Imperial, que o autor delimita como sendo:

“É um apetite heroico de ação, uma consciência de energia que só aceita o que é honesto e puro e que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu.”<sup>47</sup>

46 SAID. (2011) ps. 10 e 11.

47 AZEVEDO (1939) p.5

É muito evidente o apelo romântico, o caráter missionário e

o desapego material que o autor busca descrever ao definir o conceito da “*Mística Imperial*”. Analisando o discurso, é possível traçar que se este conceito pudesse ser posto em prática na sua íntegra, apenas sujeitos diferenciados, heroicos, poderiam fazê-lo. No caso, o povo português.

Continuando neste princípio de distinção do povo português perante aos outros, o autor traça uma comparação entre o imperialismo praticado pelo povo português, carregando a sua *Mística Imperial*, e a política imperialista desenvolvida por outros povos europeus.

“O imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus, e isto por se absorver na preocupação altruísta da cristianização das raças atrasadas, que o mesmo é dizer na sua civilização: não aceita o critério rático de Gobineau ou de Nietzsche, nem a expansão como direito do mais forte.

Por isto Portugal possui desde sempre uma *mística imperial sui-generis*. Pode dizer-se sem paradoxos que embora a *mística* o faça detentor hoje dum admirável patrimônio ultramarino jamais nos utilizamos para manter dos meios chamados imperiais.

Assim suponho que à luz do imperialismo português se pode ter uma melhor compreensão da *mística imperial portuguesa*”.<sup>48</sup>

É argumentado que o patriotismo português é sincero, sendo a vocação colonial a ação afirmativa da raça portuguesa. O autor ao tratar de raça, busca mostrar que Portugal prefere “poupar e estimular as raças nativas” dos domínios coloniais, ao invés de alimentar “segregação e dominação sem motivo”<sup>49</sup>.

É interessante esta perspectiva, pois, ao ler estas palavras o leitor é levado a crer que os portugueses em suas colônias empregavam um convívio harmônico e pacífico com os africanos. Uma presença imperial sem nenhum tipo de domínio ou coerção. Tal discurso é refutável sem muita dificuldade, a partir, por exemplo, das divisões raciais empregadas pelos portugueses, trabalhos forçados, ou se

48 AZEVEDO (1939) p.7

49 AZEVEDO (1939) p.8.

interpretarmos as revoltas dos povos colonizados como um indicativo de insatisfação.

O autor se preocupa em distinguir o Imperialismo português dos demais imperialismos, caracterizando a colonização portuguesa como vocacional, movida pelo apreço pelo trabalho e pelo “engrandecimento moral dos bárbaros”, chegando a alegar um suposto desinteresse econômico português na exploração imperial, diferente das outras potências, que agiam por gana:

“A ação colonial portuguesa distingue-se das dos outros povos colonizadores pela circunstância de sempre termos pretendido fazer das colônias outros tantos países idênticos à metrópole.(...) A política que adotamos em relação as colônias foi procura por integrar, progressivamente as populações nativas na civilização da metrópole, de forma a elevar-lhes o seu estatuto vital.

Não é colonização por dinheiro, como no império vizinho, mas a colonização pelo trabalho.”<sup>50</sup>

O autor defende uma ideia de que diferentemente de outras potências coloniais, o português migra ao Ultramar não buscando fins financeiros, mas com o pensamento de edificar Portugal em terras distantes, em uma motivação patriótica de engrandecimento nacional.

Fica bem claro, que ao confrontarmos a construção retórica com os dados e a investigação histórica, chegamos a uma contradição. A Mística Imperial não era traduzida na prática, uma vez que o colonialismo português não possuía toda a pureza missionária construída pelo discurso, sendo uma exploração feroz e brutal, como também não obteve sucesso em nenhum dos vieses que o discurso buscava legitimar a ação colonial.

Em meados da década de 1940, a Mística Imperial se encontrava fora de tom no contexto internacional, devido o fim da II Guerra Mundial e a emergência de uma nova ordem no cenário mundial, na qual os colonialismos deveriam ser abolidos e promovidos movimentos de independência na África e Ásia.

A Mística Imperial já não servia para ao Salazarismo, que na busca pela perpetuação do colonialismo, precisava modificar o discurso legitimador da presença portuguesa na África. É neste contexto que surge a contribuição do brasileiro Gilberto Freyre ao colonialismo português.

## **A pressão da ONU pelo fim do Império Ultramarino e a busca da solução retórica em Gilberto Freyre**

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, a conjuntura internacional mudou, e as políticas coloniais das grandes potências apontavam para um processo de descolonização de suas posses na África e Ásia. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi consagrado o direito à autodeterminação dos “territórios não autônomos”, devendo os países signatários da organização trabalharem para garantir a preparação de suas colônias para a independência.

Na mudança no contexto internacional, Portugal buscou manter suas colônias, e para isto teve que tomar medidas que alterassem, mesmo que apenas de forma retórica e cosmética, a relação de poder entre a metrópole e as posses ultramarinas, com adaptações na legislação colonial para fazer frente à nova ordem internacional.

No período que vai de 1945 a 1951, o Estado português passou a discutir soluções em prol da manutenção das Colônias, enquanto a ONU e as principais forças internacionais começaram a pressionar Portugal para a emancipação de seus “territórios não autônomos”. É neste corte cronológico, que se inicia o abandono da “Mística Imperial” como ideologia colonial, e é ensaiada uma aproximação do discurso de Estado com as ideias do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

O pensamento de Freyre até o momento havia tido uma recepção controversa no Portugal estadonovista. Sua obra mestra, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, recebeu uma avaliação positiva no cenário cultural português, porém,

no campo político, o Estado Novo transitou entre a rejeição implícita e a crítica aberta às ideias do pernambucano.

Gilberto Freyre entre a década de 1930 e os últimos anos da década de 1940 não conheceu nenhuma aceitação oficial junto ao regime português. Estava em voga a Mística Imperial, com a afirmação do império e a defesa dos valores de uma raça portuguesa, que deveria impor aos selvagens a civilização e a moral cristã, não havendo espaço para a miscigenação e a democracia racial expressada por Freyre em suas obras, na sua tentativa de explicação da formação do Brasil.

O Estado Novo buscou em Freyre a elaboração de um novo discurso colonial, mais adequado à conjuntura do Pós II Guerra, que pregasse uma maior interação e harmonia entre Portugal e seus territórios ultramarinos. Era preciso desconstruir o discurso de império, baseado no processo impositivo e unilateral dos portugueses na obra civilizadora no ultramar.

Para celebrar a aproximação entre o Estado Novo e Gilberto Freyre, em 1951, Salazar convidou o escritor pernambucano para uma longa excursão de caráter sociológico e cultural ao longo de Portugal e domínios ultramarinos, selando uma aliança entre o Estado Novo e Freyre, para a apropriação das ideias do pernambucano na legitimação do colonialismo de luso.

No mesmo período, Salazar decide por sistematizar a retirada da Mística Imperial como princípio norteador da política colonial lusa, ao outorgar o decreto-lei 2.048/51, que revoga o *Acto Colonial*. É o marco final da vigência da “Mística Imperial” como princípio norteador do colonialismo português, e a emergência do pensamento de Gilberto Freyre como princípio orientador do discurso e política de Portugal em relação ao ultramar.

O decreto-lei 2.048/51 teve como principal medida a mudança do estatuto do Império Colonial Português, que passou a se chamar Estado Português, sendo as antigas Colônias reclassificadas como Províncias Ultramarinas. A demais, foi

acenada a previsão da concessão de autonomia aos governos locais nas províncias.

Esta legislação aponta pela primeira vez uma construção retórica Freyriana, a ser muito utilizada pelo Estado português, que foi a ideia de Portugal como uma nação Pluricontinental, compostas por unidades de mesmo valor e unidas pela mesma língua e cultura. Esta construção seria a base da argumentação que estava por surgir, o Lusotropicalismo.

A partir de conceitos lançados em suas obras anteriores – sobretudo *Casa Grande & Senzala* -, e de observações tidas na excussão feita à Portugal e Províncias Ultramarinas, Gilberto Freyre desenvolve o Lusotropicalismo. Primeiramente lançada em conferencias realizadas em Universidades europeias, e propagadas através de duas pequenas obras, intituladas *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicadas em 1954, em que constavam as observações de Freyre sobre a sociedade de Portugal e Ultramar Português.

O Lusotropicalismo, na visão de Freyre é resultante de três pontos característicos específicos ao português e que conferem a Portugal um desempenho colonial destacado: a Mobilidade, a Miscibilidade e a Aclimatabilidade. Estes três pontos inerentes ao português estão inclusos na principal obra do sociólogo pernambucano, **Casa Grande & Senzala**. Neste sentido, pode-se dizer que o Colonialismo português passou a ser defendido com base em uma teoria que originalmente advém de uma explicação da formação da sociedade brasileira, sobretudo do Nordeste do Brasil.

Atraves do Lusotropicalismo, o Salazarismo construiu um discurso que tratava Portugal como uma “nação multirracial e pluricontinental”, e da preocupação do Estado em promover uma política integracionista no Estado Português. As ideias e o prestígio internacional do sociólogo Gilberto Freyre, buscavam legitimar a manutenção das posses portuguesas.

A teoria lusotropicalista lisonjeou o sentimento português e reforçou a sua convicção na originalidade da colonização lusa, apresentada como isenta de preconceitos raciais, oferecendo

oportunamente à ditadura salazarista um álibi científico para a sua defesa da vocação colonial e da presença portuguesa no ultramar.

## **Lusotropicalismo: influência na legislação colonial.**

Como Doutrina Imperial, o Lusotropicalismo e as ideias de Gilberto Freyre influenciaram mudanças no discurso de Estado português. No plano da diplomacia internacional, endossam o discurso de que Portugal “*constitui uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura*”<sup>51</sup>.

Também levaram à modificações na legislação colonial que não se restringiram ao Decreto-Lei 2.048/51. Durante os 31 anos que perdurou o Estado Novo (1933-1974), Portugal nunca presenciou tantas mudanças na legislação colonial quanto entre 1951 e 1961, período que vai da extinção do *Acto Colonial* ao início das primeiras guerras de independência no ultramar português.

Foram pelo menos cinco alterações legais<sup>52</sup> relevantes, todas de influência, ao menos retórica, das concepções de Gilberto Freyre. Buscava-se assim, a partir de manobras retóricas e alterações constitucionais para recharacterizar o estatuto do império, conseguir perante a ONU a aceitação de um Portugal detentor de colônias, mas sem se perceber colonialista.

Portugal, alinhado com o discurso do Lusotropicalismo, realizou mudanças na legislação legal a fim de incluir ideias como a assimilação e concessão de cidadania portuguesa aos povos do ultramar e a autonomia administrativa dos poderes locais nas províncias.

A inclusão destes pontos seria de extrema importância para o futuro ultramarino português, uma vez que seriam argumentos postos perante a ONU que buscariam mostrar

51 CASTELO (2011) p. 97.

52 Revogação do *Acto Colonial*, Decreto-Lei nº 2048/51 de 1951; Lei Orgânica do Ultramar, Decreto-Lei nº 2066/53 de 1953; Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei nº 39666/54 de 1954; Criação dos Estatutos Orgânicos Provinciais, em 1955; Abolição do Indigeto, Decreto-Lei nº 43863 de 1961.

que a relação de Portugal com suas províncias não era mais de metrópole para colônia, mas, de um Estado único.

A Lei Orgânica do Ultramar<sup>53</sup> buscou reorganizar a administração colonial, conferindo autonomia administrativa aos governos provinciais e criando Conselhos Legislativos em cada província, a fim de elaborarem Estatutos Provinciais. Esta autonomia estava vinculada apenas ao plano administrativo, tendo o poder de Lisboa guardado para si o direito de escolher os Governadores provinciais, o veto e modificação nas peças legais votadas nos Conselhos Legislativos, e sobretudo, o controle econômico, que continuava sob gestão de Salazar e sua staff.

Segundo Perry Anderson, foram alterações que não afetaram a exploração de Portugal sob as províncias, que continuavam a serem exploradas segundo o modelo do “Ultracolonialista”<sup>54</sup>.

Dentre os dispositivos legais feitos à luz das ideias de Gilberto Freyre, destaque para o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*<sup>55</sup>, que legislava acerca das leis relativas aos indígenas, apregoando desde o trabalho e o direito privado, às bases e exigências para um “indígena” alcançar o estatuto de “assimilado”. Representava, segundo o discurso de Estado, a oportunidade para todos os habitantes do Estado Português, de alcançar a cidadania portuguesa.

Gilberto Freyre aproveitou o momento da publicação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, para defender a manutenção das posses ultramarinas Portuguesas, afirmando que a legislação do Estado Português estava “avançando a passos largos na garantia da promoção de um Portugal “nação multirracial e pluricontinental”, com um só povo e uma só nação espalhado na África, Ásia e Europa”<sup>56</sup>.

Este processo de apropriação do pensamento de Gilberto Freyre pelo Estado Novo não ocorreu sem que houvesse claras demonstrações de contradições entre discurso e a práticas portuguesas no Ultramar.

53 Lei nº 2.066/53

54 ANDERSON (1966) p.156

55 Decreto-Lei nº 33.666/54

56 CASTELO (2011), p.126.

A província de Angola foi o grande exemplo de como estas contradições eram evidentes. Era considerada a província colonial mais importante de Portugal<sup>57</sup>, e acabou sendo o território que Gilberto Freyre mais citou para exemplificar as práticas Lusotropicalis no Estado português, com destaque para a interação entre as raças e a crescente concessão aos “indígenas” da cidadania portuguesa - obtida, segundo ele, através da interação entre as culturas, e dedicação portuguesa em levar os valores de sua civilização aos povos autóctones<sup>58</sup>.

Porém o que se verificava na prática era um território racialmente dividido, divisão esta estabelecida pelo mesmo Estatuto dos Indígenas que Freyre tanto louvara. Uma minoria branca administrava a província, e ocupava os principais postos de trabalho, enquanto a maioria da população, de origem negra, não tinha acesso à cidadania e ascensão social.

O que se verificava em Angola é que *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, estabeleceu um racismo institucionalizado, se configurando como uma barreira jurídica e cultural à ascensão social e afirmação racial da maioria da população negra angolana, contradizendo a construção assimilacionista do Estado Novo<sup>59</sup>.

As construções ideológicas construídas durante o Estado Novo conseguiram sustentar a integridade dos domínios portugueses na África até a década de 60, quando começa a guerra colonial, e Portugal vai paulatinamente perdendo terreno até o fim do colonialismo português e da Guerra Colonial, em 1974.

Por meio das alterações legais e no discurso de Estado, o Estado Novo buscou legitimar o seu colonialismo por meio do discurso e ideologia, de modo que a construção da estrutura retórica, administrativa e legal que conferiu uma sobrevida ao colonialismo português na África, em um período em que os colonialismos estavam saindo de cena.

57 ANDERSON (1966), p. 53.

58 CASTELO (2011), p.63.

59 ANDERSON (1966), p. 68

Mas, o que mais impressiona, é o fato de Portugal conseguir protelar o fim de seu império, tendo como principal arma

a ideologia e a retórica, que cativaram a opinião pública portuguesa para a manutenção da obra colonial, por meio de construções tão contraditórias como a Mística Imperial e o Lusotropicalismo.



Neste capítulo o objetivo está em dar ênfase e analisar os discursos que justificavam a dominação colonial portuguesa, através de textos da revista *Cadernos Coloniais*.

Buscando observar a preocupação em que a memória dos acontecimentos históricos e a defendida tradição imperial portuguesa eram retratadas nos textos, constatamos as estratégias utilizadas na defesa de teorias, como a do “Luso-tropicalismo” ou a “Mística Imperial”.

Acerca do discurso de dominação, Edward Said desenvolve as seguintes palavras:

“O que há de marcante nestes discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do “Oriente misterioso”, os estereótipos sobre o “o espírito africano”, as idéias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou longo castigo quando “eles” se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que “eles” melhor entendiam era a força ou a violência; “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados.”<sup>60</sup>

Foi através do discurso e da narrativa que autores, filósofos colonialistas e líderes de potências justificavam e ratificavam sua ação imperialista. Retratar o “outro” africano como exótico e bárbaro estava incluído dentro de uma lógica de apresentar ao povo metropolitano, tão distante da África, ao mesmo tempo a necessidade de levar àquele mundo estranho africanos missões humanitárias civilizadoras e jornadas

exploratórias das riquezas naturais, que embora distintos fossem justificativas à empreitada colonial.

“Sendo minha tese básica a de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles. O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, que tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, que a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa.

As próprias nações são narrativas. O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos”.<sup>61</sup>

Acerca da narrativa portuguesa em relação à dominação em Angola e às demais possessões ultramarinas, não existem exemplos maiores do que as teses do “Luso-Tropicalismo e da “Mística Imperial”<sup>62</sup>. Baseado do volume nº 17 da revista *Cadernos Coloniais*, chamado *A Mística Imperial*, este capítulo iniciará uma análise de como era sustentado este discurso português de apologia ao imperialismo.

A obra está dividida em sete partes, onde em cada uma o autor desenvolve sua argumentativa acerca do motivo na qual Portugal carregava a chamada “Mística Imperial”.

Na primeira parte, intitulada *Mística Imperial*, autor realiza uma introdução ao tema, buscando definir o conceito e mostrar ao leitor a importância e a responsabilidade de Portugal ao carregar consigo esta mística.

Azevedo assim escreve no início do capítulo, tratando do termo Mística Imperial:

61 SAID. 2011, pags. 10 e 11.

62 AZEVEDO, Fernando Alves de. *A Mística Imperial* in *Cadernos Coloniais*, nº 17. Lisboa: Cosmos, 1939.

“Vem, pois a propósito esclarecer o sentido desta expressão num momento em que é realmente indispensável estimular uma mística imperial capaz de propiciar a fórmula solucionadora

do nosso problema, fórmula que será, sem dúvida, criadora e demolidora. Demolidora do critério mesquinho daqueles que tão timoratos como fantasiosos imaginam salvar a Pátria metendo-se dentro da concha de um egoísmo gozador e acéfalo tanto como do cepticismo doente dos maliciosos pérfidos sem pátria!... Criadora de uma nova vontade de possança capaz de remoçar a força.<sup>63</sup>

Nestas palavras acima ficam bem claro duas posições: a idéia de que no imperialismo, isto é, nas colônias, Portugal encontraria a solução para a crise econômica em que se encontrava<sup>64</sup>, e a concepção de que aqueles que se opunham a este modo de pensar eram antipatrióticos e egoístas. Fica bem claro a visão do autor em relação a possíveis dissidentes do Estado Novo ou discordantes do Império de Ultramar Português.

O autor continua seu texto, abordando agora a importância da Mística Imperial não só para os portugueses, mas como para a humanidade em geral, diante da situação que se encontrava cenário mundial naquele momento de início de Segunda Guerra.

“Na hora espectral que o mundo atravessa, na hora mesquinha e infeliz em que é impossível fazer a defesa das nobres causas, mas em que se torna indispensável criar um norte a uma humanidade sem rumo, afigura-se-me que para países coloniais como o nosso a mística imperial é antes uma hóstia de esperança que o fel amargo dum remédio que se toma à força”<sup>65</sup>

Azevedo prossegue seu texto, agora traçando a definição do conceito Mística Imperial.

“É um apetite heróico de ação, uma consciência de energia que só aceita o que é honesto e puro e que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu.”<sup>66</sup>

O autor começa uma diferenciação entre o imperialismo português, carregando a sua Mística Imperial, e a política imperialista desenvolvida por outros povos europeus.

“O imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus, e isto por se absorver na preocupação

63 AZEVEDO. 1939, pp. 4 e 5.

64 Desde o início da ditadura que se sucedeu à Primeira República portuguesa, e agravada com o Crash da Bolsa de Nova York, em 1929, o Estado português se encontrava em uma forte crise econômica. No Estado Novo português, na figura de seu maior nome, António Salazar, acreditava que a solução para a crise estava nas Colônias, que gerariam as riquezas necessárias para tirar a metrópole do déficit econômico.

65 AZEVEDO. 1939, p. 5

66 AZEVEDO. 1939, p.5

altruísta da cristianização das raças atrasadas, que o mesmo é dizer na sua civilização: não aceita o critério rático de Gobineau ou de Nietzsche, nem a expansão como direito do mais forte.

Por isto Portugal possui desde sempre uma mística imperial sui-generis. Pode dizer-se sem paradoxos que embora a mística o faça detentor hoje dum admirável patrimônio ultramarino jamais nos utilizamos para manter dos meios chamados imperiais.

Assim suponho que à luz do imperialismo português se pode ter uma melhor compreensão da mística imperial portuguesa”.<sup>67</sup>

Azevedo argumenta que o patriotismo português sincero, sendo o espírito colonial expresso pela Mística Imperial a ação afirmativa da raça portuguesa. O autor ao tratar de raça, busca mostrar que Portugal prefere “poupar e estimular as raças nativas” dos domínios coloniais, ao invés de alimentar “segregação e dominação sem motivo”<sup>68</sup>.

É interessante esta perspectiva, pois, ao ler estas palavras o leitor é levado a crer que os portugueses em suas colônias empregavam um convívio harmônico e pacífico com os africanos, em uma presença sem nenhum tipo de domínio ou coerção. Tal discurso é refutável sem muita dificuldade, a partir, por exemplo, das divisões raciais empregadas pelos portugueses, classificando os nativos como “Indígenas”, “Assimilados” e tantos outros estatutos.

Um ponto de contradição muito forte no discurso de Azevedo está no tocante à questão racial. O autor coloca sua opinião fortemente contra a mestiçagem. Este posicionamento contradiz tanto a teoria do Luso-Tropicalismo, quanto à Mística Imperial, em sua saga da construção de um só povo em Portugal e Ultramar.

Este posicionamento fica marcado nas seguintes palavras:

“Convém esclarecer aqui que não preconizamos hoje a mestiçagem, averiguadamente prejudicial quando se realiza com povos em evidente estado de atraso.”

O viés religioso da missão imperial não foi esquecido por Azevedo, que assim discorre acerca da responsabilidade moral portuguesa no Ultramar:

67 AZEVEDO. 1939, p.7

68 AZEVEDO. 1939, p.8.

“A mística imperial portuguesa é portanto acima de tudo uma

obra de modelação moral que não dispensa os missionários, apóstolos do seu Credo, que é com efeito não só de aumentar Portugal mas o número de portugueses que o sejam em toda a extensão da palavra.”<sup>69</sup>

Na segunda parte da revista, o autor concentra seus esforços na idéia de explicar o por que de Portugal ser um grande império. O questionamento é válido hoje, como também era no tempo dos escritos de Azevedo, pois, como Portugal um país pequeno e atrasado em relação aos seus vizinhos europeus anunciava e reivindicava a liderança e a vanguarda de uma Nova Era que se aproximava?

Azevedo discorre as seguintes palavras para justificar a tese de Portugal visto como um grande império:

“Não é necessário fazer história para esclarecer hoje a asserção que serve de título a este capítulo – Por que somos um grande império -; basta enumerar calmamente o que temos feito nos últimos anos em matéria de colonização, assistência, instrução, obras públicas, conversão de gentis, etc...Numa palavra, civilização em terra do ultramar, para que orgulhosamente possamos declarar a nossa qualidade de povo eleito neste aspecto da atividade humana.

O império colonial português é hoje um todo indivisível e homogêneo que nenhuma força poderá desagregar.”<sup>70</sup>

É possível notar que o autor dá ênfase à obras públicas, assistência social e realizações morais – isto é, evangelização -, frisando a qualidade de “povo eleito” ao português na missão da colonização. É argumentado também a unidade do Império, com o friso de que o Império colonial português é um “todo indivisível”.

Na passagem, “*a sua unidade econômica e política constituem por si só segura garantia do seu equilíbrio*”<sup>71</sup>, o autor retoma a idéia central do Estado Novo em relação à importância do império na resolução da crise econômica que assolava a metrópole.

Azevedo defende uma idéia de que diferentemente de outras potencias coloniais, o português migra ao Ultramar não

69 AZEVEDO. 1939, p. 8.

70 AZEVEDO. 1939, p.11

71 AZEVEDO. 1939, p.11

buscando fins financeiros, mas com o pensamento de edificar Portugal em terras distantes, em uma motivação patriótica de engrandecimento nacional.

Diante do movimento subsidiado pelo Estado português, para a emigração de portugueses rumo à Angola, o autor dá ênfase à peculiaridades do povo de Portugal, que inspirariam mais em um futuro a formulação do Luso-Tropicalismo:

“O português emigra para as colônias liberto do preconceito europeu de que a África é apenas uma fase da vida – período de amargura em que se ganha melhor o pão dos dias todos que tem a viver. Vai com a família e fixa-se”<sup>72</sup>

Para o autor, este comprometimento do português confirma mística de que o povo de Portugal é diferenciado perante os seus vizinhos europeus, e portanto, a obra colonial portuguesa seria superior.

Para o autor, são exemplos da obra colonial superior portuguesa, o cuidado com as colônias, no sentido da construção de hospitais, o combate às doenças tropicais e saúde básica, realização de grandes obras públicas, esforço com programas de educação e o zelo para com o trabalho indígena.

Para fechar seu raciocínio acerca da singularidade colonial portuguesa, resume o ideal que a colonização portuguesa pretendia alcançar:

“O indígena é considerado igual ao branco perante a lei. Civilizado pelo trabalho, pelo ensino dos missionários, pela assistência das autoridades civis, submete-se de bom grado à disciplina que lhe inculcam os chefes europeus”.<sup>73</sup>

Após esta parte, as palavras de Azevedo estão voltadas a marcar a diferença entre *colonizar* e *civilizar*. O autor atribui valores positivos ao movimento de colonização, e aponta valores negativos ao modelo de movimento de civilização que ele presenciava.

72 AZEVEDO. 1939, p. 11.

73 AZEVEDO. 1939, p.13

“No sentido atual das palavras há uma antonímia evidente entre colonizar e civilizar. Enquanto que a primeira envolve a idéia de

respeito pelas raças nativas, a segunda, acontecimentos recentes o demonstram, representar apenas o extermínio progressivo dos povos autóctones ; numa palavra: uma política de segregação em tudo análoga à que é praticada na África do Sul”<sup>74</sup>

Azevedo compreende a ação de *Civilizar* como:

“(…) é corrente afirma-se que a civilização traz consigo infelicidades de toda a ordem para aqueles que a aceitam. Não convém exagerar; mas é preciso, com efeito, começar desde já a ajustar o conceito de civilização com o de colonização.

Se aceitarmos as razões invocadas, facilmente compreendemos que a civilização é a substituição de uma raça inferior, ou em evidente paragem sob o ponto de vista de evolução, por outra que se encontra em uma fase mais adiantada e portanto dispendo de um arsenal de conhecimentos e possibilidades muito maiores. O selvagem é quem a recebe, o civilizado é quem a dá.”<sup>75</sup>

Azevedo afirma que Portugal em suas colônias não executa uma ação civilizadora neste sentido definido por ele. A doutrina e orientação da política portuguesa em Ultramar era a Colonização. A ação de *colonizar*, muito diferente da de *civilizar*, expressava quase todas as características proclamadas como típicas e singularmente portuguesas.

“Colonização é por outro lado antes uma ginástica de compreensão. Poderíamos definir esta ânsia criadora de espalhar por toda parte um melhor conforto e bem estar na vida cotidiana, como uma atitude de temporização, posição que adentro do ponto de vista humano me parece muito interessante.”<sup>76</sup>

Finalizando o contraponto entre as ações de civilizar e colonizar, Azevedo argumenta que se os homens guiados pelo conceito de civilizar, pusessem em suas ações o espírito do respeito pela dignidade humana, os conceitos de civilizar e colonizar se aproximariam de serem um sinônimo, concebendo assim um ideal de civilização, “*que resulta de um afinamento espiritual e de um progresso material que não envelhece nem diminui a expressão da palavra homem*”<sup>77</sup>.

Para justificar o motivo que Portugal apresenta uma política

74 AZEVEDO. 1939 ,p.16

75 AZEVEDO. 1939, p.17

76 AZEVEDO. 1939, p.17

77 AZEVEDO. 1939, p.17

imperial tão distinta, com preocupações distantes da destruição e pilhagem, Azevedo coloca que:

Não podem ser acusados de civilizar exterminando, países como Portugal, que desde sempre marcou em relação às raças nativas uma atitude verdadeiramente modelar que ao meu ver é típica e corresponde exatamente à única forma de fazer alastrar a civilização no bom sentido da palavra: a cristianização e a assistência.”<sup>78</sup>

No final da revista, Azevedo desenvolve argumentos sobre a contribuição da colonização portuguesa em Angola e apologias à vocação imperial portuguesa.

O autor coloca que Portugal busca oferecer à Angola, como em um exemplo à toda África, um legado que conferisse à aquela colônia um nível de desenvolvimento e civilização semelhante à países europeus.

“É preciso entretanto que a civilização adquira o nível que tem na Europa e que vá mesmo até ao coração de África, para que esse continente, ainda agora parcialmente civilizado, se transforme na lógica continuação da Europa, de tal forma que as suas terra hoje selvagens possam ser de futuro o ambiente favorável capaz de satisfazer a raça branca.”.<sup>79</sup>

Como conclusão à sua obra, Azevedo discorre acerca da reabilitação de Portugal como potencia imperial, e descreve as características e distingue a política colonial portuguesa das demais.

“A ação colonial portuguesa distingue-se das dos outros povos colonizadores pela circunstância de sempre termos pretendido fazer das colônias outros tantos países idênticos à metrópole.(...) A política que adotamos em relação as colônias foi procura por integrar, progressivamente as populações nativas na civilização da metrópole, de forma a elevar-lhes o seu estatuto vital.

Não é colonização por dinheiro, como no império vizinho, mas a colonização pelo trabalho.”<sup>80</sup>

78 AZEVEDO. 1939, p.17

79 AZEVEDO. 1939, p. 30

80 AZEVEDO. 1939, p.38

Tido neste capítulo o objetivo de retratar o discurso de dominação português incluso na revista *Cadernos Coloniais*,

e refletir um pouco acerca desta retórica, acredito que as conclusões deste capítulo podem ser resumidas nas seguintes palavras de Edward Said:

“A retórica de poder gera com muita facilidade, quando exercida num cenário imperial, uma ilusão de benevolência”.<sup>81</sup>



Neste capítulo, o objetivo está em analisar a retórica de interpretação de cronistas e autores portugueses, diante de casos de resistência e oposição domínio colonial. Por meio da leitura do volume nº 34<sup>82</sup> da revista *Cadernos Coloniais - O Massacre dos Dragões do Conde de Almoester* - buscaremos evidenciar como o autor das obra representou comportamentos de resistência dos nativos, por meio de interpretações as vezes desproporcional aos fatos.

A resistência ao domínio colonial era diversa, muitas vezes confundida com preguiça, indolência, incapacidade ou barbaridade, dependendo do motivo e circunstâncias da resistência. Edward Said teorizou sobre a dificuldade do metropolitano em reconhecer ou até admitir a mobilização de nativos para resistir, que individualmente ou de forma coletiva, ao julgo imperial:

“Se fossemos ingleses ou franceses na década de 1860, veríamos e sentiríamos a Índia e o norte da África com uma mescla de familiaridade e distância, mas nunca com a noção de soberania própria deles. Em nossas narrativas, histórias, relatos de viagem e explorações, nossa consciência se apresentaria como a principal autoridade, um ponto ativo de energia capaz de dar sentido não só as atividades colonizadoras, mas também aos povos e às geografias exóticas. Acima de tudo, nossa sensação de poder mal imaginaria que aqueles “nativos”, que pareciam subservientes ou taciturnamente refratários, algum dia fossem capazes de nos fazer desistir da Índia ou da Argélia. Ou de

82 GUARDADO, A. A. da Silva. O Massacre dos dragões do Conde de Almoester. In: *Cadernos Coloniais*, n. 34. Lisboa: Cosmos, 1939. Será citado doravante como: *Cadernos Coloniais*, n. 34

dizer qual quer coisa que pudesse talvez contrariar, questionar ou perturbar o discurso vigente.”<sup>83</sup>

Muitos foram os fatores que puderam contribuir para a formulação da resistência. Interpretações de fenômenos naturais, uma epidemia ou qualquer outra catástrofe poderia ser atribuída à presença do colonizador, forasteiro de hábitos estranhos, e que sua presença poderia desequilibrar a ordem da comunidade.

Em um episódio retratado na edição nº 34 da revista *Cadernos Coloniais*, uma série doença afetava o gado na região de Angola, gerando uma epidemia que dizimava o rebanho bovino e que foi atribuída por muitas comunidades tradicionais, como sendo resultado de uma maldição conseqüente da presença dos brancos.

O gado era em Angola fonte de renda e subsistência para boa parcela da população das comunidades tradicionais angolanas, além de ter parte da produção ser exportada à metrópole. A pecuária bovina era uma atividade muito importante na colônia, e o Governo-Geral decidiu buscar resolver a situação, mobilizando o exercito para uma campanha de vacinação do rebanho Angolano.

A história contada na revista gira em torno de um grupamento da companhia de Dragões do Planalto de Moçâmedes, sob o comando do capitão José Eugênio da Silva e do tenente Almoester., que partiram para o interior da província, a fim de realizar a vacinação do rebanho em comunidades tradicionais.

As vacinas levadas pelo grupamento não tinham eficácia garantida, mas para a época os resultados eram razoáveis. A técnica de vacinação consistia em :

[...] injetar nos animais ainda sãos a bílis dos bois ligeiramente atacados de peste. Este processo dava uma média de 50 a 60% de animais salvos.

Nesta altura ainda não era conhecida a vacinação com o soro obtido do sangue de bois imunes da peste, processo de maior

vantagem – pois a média de animais salvos chegava a 90%, permitindo que se vacinassem animais já atingidos pela doença, dos quais se salvavam alguns[...]”<sup>84</sup>.

Ao chegarem à região onde iriam desenvolver seu trabalho de vacinação, foram nas diferentes comunidades tradicionais, e em uma a uma, buscaram junto aos líderes locais, a permissão para a vacinação.

Este detalhe de os soldados terem que pedir permissão aos líderes locais, é um indício de que a dominação colonial não é tão plena o quanto o discurso português pretendia passar. As decisões de autoridades portuguesas, sejam elas civis ou militares, não eram de pronto aceitas pelas comunidades, tendo elas que passarem pelo crivo dos chefes ou dos conselhos de chefes regionais. É lógico que a não aceitação de uma determinação portuguesa gera uma tensão, mas, muitas vezes os portugueses não estavam preparados para o embate com os nativos, devido seu número e força.

É importante atentar que a resistência africana era constante, por mais que o colonizador buscasse além de combatê-la, não deixá-la ser reconhecida como.<sup>85</sup>

Voltando à história contada na revista, o grupamento após visitar uma dada comunidade, trataram com o Soba local acerca da vacinação, e no entendimento dos portugueses, o líder teria concordado e combinado que no dia seguinte seriam vacinados os bovinos da comunidade.

Porém no dia seguinte, os soldados ao procurarem o Soba para iniciarem o trabalho, perceberam que ele estava em uma assembléia com outros líderes. Acerca do observado, o autor e cronista escreveu:

[...] um grande ajuntamento de pretos, quase todos velhos. No alto da cabeça apresentavam pequenos barretes feitos de fibra de imbondeiro – boabab – à laia de solidéus cardinálícos (semelhantes a solidéus dos cardeais), os quais constituem entre o gentio um símbolo de autoridade. Informou-me o intérprete que estes venerandos personagens eram os séculos ou sobetas da terra, representantes do soba nas povoações mais importantes, a que

84 Cadernos Coloniais, n. 34, p. 9.

85 Consultar MAZRUI, Ali A. História Geral Da África. Vol. VIII. África Sob dominação colonial, De 1935 ao dias atuais. SP: Ática/ Paris: Unesco, 1982

chamam t'chilongos. Estavam reunidos em magna assembleia e, sob a presidência do soba, discutiam acaloradamente. [...]

Depois de muito debatido o problema em causa, depois de os oradores, em largos gestos de eloquência cafre, terem exposto os seus pontos de vista, muito apreciados pelos circunstantes que aplaudiram com entusiasmo, terminou a sessão. [...]

Pouco depois o soba veio ter comigo e começou um longo e substancioso discurso – os negros em geral, são grandes oradores – [...]. Resumindo: que não podia cumprir o que na véspera combinara com o chefe e os oficiais, porque o seu povo, representado pelos séculos que eu tinha visto ali reunidos, se opunha a que o gado fosse vacinado... que esse gado era pertença ou bens do soba e não ele, que apenas podia usufruir do seu rendimento [...] que sabiam que do outro lado do rio punham remédio no gado e ele morria [...] não houve meio de convencer, por mais explicações que lhe desse [...] <sup>86</sup>.

Diante do português, a atitude do Soba em voltar atrás e negar a permissão concedida no dia anterior, é uma mostra da falta de palavra do líder africano. Porém, o português não compreendeu a sociedade tradicional africana, e as relações entre o líder e o seu povo, e as decisões em assembleia.

O autor discorre um pouco da decepção em relação às negociações com o Soba, da sua nova missão em outra região e explica um pouco como funcionava o “pagamento” pela vacinação.

“Na fortaleza, toda a gente ficou desapontada ao conhecer o resultado da minha missão, principalmente o comandante – que ainda pensou em dar uma lição ao soba.

Entretanto, nesse mesmo dia recebi instruções para me dirigir a Quiteve, extremo leste do conselho, vacinando o gado que pelo caminho encontrasse... no caso de o gentio consentir. Marchei com o pessoal que me acompanhara à embala e munido do material necessário para uma longa demora e na previsão de encontrar grande quantidade de bovídeos. Ao chegar à Dimba, a poucos quilômetros da fortaleza, tive ocasião de vacinar umas cinquenta cabeças de gado do gentio. Por cada quinze animais

vacinados recebia um em pagamento, motivo porque logo no início da viagem tive de mandar dois indígenas conduzir três bois à fortaleza e, ao mesmo tempo, deixar lá a notícia do êxito dos primeiros trabalhos. E ali esperei que regressassem.

Quando no dia seguinte, pelas nove horas, apareceram, contaram-me que tinham sido assaltados, já próximo da fortaleza, por alguns gentios que lhes tiraram os bois. Num dos assaltantes reconheceram um dos pastores do gado vacinado [...] <sup>87</sup>.

Após estas palavras, fica claro que as relações entre portugueses e nativos, embora assim o fossem no discurso, não eram nem um pouco cordiais. O embate era freqüente, e embora a narrativa buscasse mostrar um tratamento de equidade parte a parte, o autor deixa escapar que a última consideração tinha que vir do colonizador.

O autor, o militar Silva Guardado relata as inúmeras tentativas sem sucesso de realizar a vacinação em várias comunidades, e a ameaça sofreram dos nativos, por chegarem à conclusão que o causador da epidemia era alguma maldição que acompanhava a tropa de vacinação.

Ao chegarmos ao Cafu, fui prevenido de que o gentio de Cafuntuca aguardava a minha passagem para me cortar a cabeça. Estava convencido de que eu andava a espalhar a doença que matava o gado! Passamos a fazer a viagem de noite, longe do caminho e a corta mato, guiando-nos pelo rio. Era noite quando atingimos a fortaleza, mortos de fadiga, enlameados e com os tatos rasgados pelos espinheiros de gato, que ali abundam [...] <sup>88</sup>.

No capítulo segundo de sua obra, Silva Guardado faz a descrição da retirada das tropas (Companhia dos Dragões e brigada de vacinação) da região do Humbe, uma vez que não conseguiram convencer os “gentios” da vacinação do gado, razão pela qual quase todo o rebanho havia morrido.

A retirada se deu de forma desorganizada, e aconteceu em dois grupos. O autor e seu grupo seguiram por uma via, os comandados do Conde de Almoester seguiram por outra e foram surpreendidos no seu regresso à Moçâmedes por

87 Cadernos Coloniais, n. 34, p.13.

88 Idem, Ibidem, p. 18.

uma grande concentração de negros com armas brancas em punho.

O autor interroga sobre as possíveis razões da concentração nativos naquele região, denominada Chulo, junto da libata de um soba de nome Muene-Decango. Guardado argumenta duas versões: uma de que em função de uma cerimônia religiosa, e outra de que eles armaram uma emboscada, visando “tirar vingança dos desmandos e violências cometidas pelos soldados, tanto na ida para o Humbe, como no seu regresso”. E acrescenta: “Esta última é que eu aceito, pois é mais racional”.

O fato de Guardado admitir de soldados terem cometido violência contra os nativos - mesmo sendo em meio a uma missão em tese pacífica e de utilidade pública -, e de os nativos terem se organizado para uma resistir aos abusos – ou agir por vingança, na visão do autor -, derrubam duas constantes nas narrativas coloniais portuguesa: A idéia de que os nativos e portugueses tinham uma convivência pacífica, e o fato dos nativos não apresentarem nenhum tipo de resistência ou contestação, muito menos ela da forma organizada.

No terceiro capítulo da revista, o autor dedica seus escritos ao que chama de “massacre”. Objeto da referida parte da revista é descrever o embate entre o pelotão do Conde de Almoester e os nativos, combate que o autor descreve como bárbaro e desleal, devido a vantagem numérica dos africanos e o fato dos soldados estarem debilitados.

Os portugueses são derrotados, e “dois ou três” sobrevivem. Guardado justifica a derrota à circunstâncias terceiras, relativizando e desqualificando a capacidade de organização dos nativos, os quais ele constantemente classifica de traiçoeiros e covardes.

A descrição do combate é deixada de lado, e a narrativa fica focada no heroísmo dos combatentes portugueses “diante de gentis e sob ataque cruel”. Qual o sentido de uma narrativa como esta? A troca de que os portugueses estavam propagando a história de uma pesada derrota? A minha interpretação a

intenção é a construção de heróis, heróis movidos pela dita “Mística Imperial”.

A construção de heróis coloniais seria importante para o aumento do recrutamento militar na metrópole e incentivo à emigração para as colônias de Angola e Moçambique. É nesse sentido que a seguinte narrativa pode ter causado repercussão:

“Perto, a uns cem metros, defendiam-se ainda, intrepidamente, tenazmente, os que ainda restavam do pelotão. Acabadas as munições, atiraram-se como doidos à luta corpo-a-corpo, servindo-se das carabinas e dos sabres-baionetas como de clavas. Era já um combate entre meia dúzia de soldados e centenas de selvagens enfurecidos...

Constou-se mais tarde que três soldados conseguiram, durante a refrega, entranhar-se na selva. Mas extraviaram-se. Dois deles foram parar a uma libata, onde barbaramente os mutilaram e assassinaram. O terceiro, conseguindo orientar-se, chegou à fortaleza em tal estado que, dias depois faleceu”<sup>89</sup>.

Ao mesmo tempo em que o português é enaltecido por feitos “heróicos”, o “gentil” africano é reiterado como covarde e agir por rapina, segundo a seguinte descrição: “Quando já não restava um único soldado com alento, a multidão de indígenas despojou os corpos de tudo que conduziam, deixando-os em completo estado de nudez”.

O autor, ao chegar ao local que ocorreu o combate ficou consternado com a cena do massacre, sobretudo o estado dos corpos dos mortos e assim descreve o cenário:

[...] No meio da estrada, depararam-se-nos dois cadáveres, desnudados, horrivelmente mutilados e desfigurados, sem os órgãos genitais e com o peito aberto do lado esquerdo. Tinham-lhes arrancado o coração. E interrogado a este respeito, o preto explicou que o gentio tinha feito aquilo para os quimbandas – feiticeiros – fazerem milongo – feitiço –, um deles conservava ainda uma parte da farda do lado direito com as divisas de 1º cabo na platina: era o do 1º Cabo n. 9. O outro era fácil de identificar pela sua corpulência: era o do 1º. Sargento Pio. E calculo que o gentio, vendo que eram graduados, supuseram que eram

comandantes da força e os mutilaram assim para fins repugnantes e misteriosos[...]”<sup>90</sup>.

Silva Guardado ao interpretar a atitude dos africanos como expressão de crueldade, barbaridade ou feitiçaria, não ponderou antes a idéia destes atos estarem relacionados com alguma cerimônia religiosa tradicional ligada à períodos de guerra.

Na ultima parte da sua obra, Guardado argumenta que era necessário vingar o acontecido, e por isto, ao ser organizada uma expedição punitiva às comunidades tradicionais da região, ele fez questão de participar da investida.

O autor deixa explicito o objetivo punitivo da missão, voltada aos ingratos que retribuíram com crueldade e barbaridade os benefícios que recebiam dos portugueses. Era preciso vingar a morte de valorosos homens, que bem intencionados e no cumprimento da “missão para o desenvolvimento da sociedade humana”, tiveram a vida tolhida de modo tão injusto.

Em contrapartida, Guardado salienta que apesar da dureza dos fatos, não cabia guardar rancor, pois, na ignorância em que viviam os gentis, aquele comportamento era de certa forma compreensível, sendo necessária uma punição para servir de lição.

Aliás, no discurso dos portugueses é corriqueira a idéia de que os negros sempre estavam precisando de algum tipo lição, sempre com algo a aprender junto aos brancos.

[...] Exultei por ver, enfim, que não ficavam por vingar as vítimas do atentado covardemente praticado por aqueles que nós pretendíamos auxiliar e que nenhuns motivos tiveram que logicamente justificassem um tão ingrato procedimento. Embora já propenso à benevolência, por índole e por ser de opinião que, em relação a povos atrasados, se deve, antes de mais, modificá-los pela persuasão os seus instintos selvagens e a sua natural disposição para o mal[...]”<sup>91</sup>.

90 Cadernos Coloniais, n. 34, p. 34

91 Cadernos Coloniais, n. 34, p. 42.

Acerca da missão punitiva, o autor afirma que se deu por

satisfeito no modo e na carga do castigo, e reitera a idéia de que a punição era justa, pois, se a barbaridade do massacre passasse em branco seria como um “incentivo para os indígenas promoverem novos levantes”.

*[...] Compreendia que a desculpa de atos condenáveis, como o do morticínio do pelotão da Companhia de Dragões corresponderia a uma instigação de reincidência. Por isso o meu desejo era vê-los castigados e contribuir para que esse castigo fosse eficaz. Felizmente, vi realizado esse desejo, pois fiz parte da coluna de operações [...]”<sup>92</sup>.*

Após sublinhar exemplos da interpretação do discurso português perante as resistências e oposições dos nativos ao julgo colonial, fica fácil notar a postura de autores como Antônio Américo da Silva Guardado e tantos outros, que a partir de um discurso etnocêntrico e discriminatório representar o outro.

Um “outro” africano desconhecido e exótico à maioria dos leitores, o que por consequência acabava por perpetuar concepções preconceituosas acerca do africano e alimentando teses como a “Mística Imperial” e o luso-tropicalismo.

Foi através dos discursos de dominação que os colonialistas justificavam sua ação de hegemonia imperial, e neste capítulo ficou evidenciado que a este discurso de dominação pode haver outra versão dos fatos, e nesta outra versão, atitudes antes vistas como ingratidão, barbaridade e selvageria podem ser vistas como resistência e contestação.



## Considerações finais

Na busca por esclarecer como cultura e imperialismo se relacionavam e compunham a retórica de dominação portuguesa em Angola, analisamos o discurso veiculado no acervo digital da revista *Cadernos Coloniais*, onde 17 revistas foram investigadas. Porém, para esta obra tiramos como exemplos e alvos para a análise, os textos de apenas duas – A Mística Imperial (nº 17) e O Massacre dos Dragões do Conde de Almostrim (nº 34).

Após no capítulo I realizar uma exposição do apanhado teórico que foi usado nas análises, e no Capítulo II um breve histórico das relações entre Angola e Portugal entre 1920 e 1960.

No Capítulo III foi desenvolvido uma análise do percurso ideológico colonial durante o Estado Novo Português.

No capítulo IV buscamos dar ênfase às retóricas de dominação veiculadas nos textos da Revista; o primeiro objetivo deste trabalho.

Foram exemplificadas e analisadas passagens que evidenciavam as estratégias utilizadas pelos autores para a preservação da memória do legado e dos fatos da história da tradição imperial portuguesa. Na edição A Mística Imperial dos *Cadernos Imperiais*, explanamos acerca do modo em que as teorias do Luso-Tropicalismo e da Mística Imperial são escritas e justificadas nos discursos.

O capítulo V foi voltado à segunda proposta desta obra, isto

é, demonstrar como eram retratadas e interpretadas pelos portugueses, os movimentos de resistência negra dentro de Angola.

Acredito que a obra tenha cumprido este objetivo, porém há muito a ser aprofundado nestes estudos aqui propostos. Penso que faltou a este trabalho pontos como o questionamento ao papel e à ação civilizadora do português em Angola, aspectos do movimento de emigração portuguesa à Angola e a questão racial no Ultramar, a ponto de debater com maior propriedade a teoria do luso-tropicalismo – conceito que com mais leitura de Gilberto Freyre, precisa ser aprofundado - e da Mística Imperial.

Confesso também, que a esta obra tenha faltado mais bibliografias das historiografias portuguesa e angolanas sobre o tema. A inclusão de outros volumes dos Cadernos Coloniais na discussão, como também edições de outras revistas de temática colonial tal a *Boletim Geral do Ultramar* ou o *Boletim do Instituto de Angola* tornariam a análise e argumentação desta obra mais consistente.

No mais, penso que esta obra cumpriu seu papel, de iniciar as investigações sobre estes estudos, podendo ser aprofundado em um trabalho futuro, com inquéritos embasados a partir de outras mais teorias e objetos de análise.

É através da observação destes episódios, que se faz atentar a importância do estudo da História para as sociedades, pois a investigação do passado faz lembrar aos sujeitos os perigos e consequências que a mobilização de massas através da propaganda e da manipulação dos fatos pode trazer, sobretudo na conjuntura atual, em que a informação circula, dissemina e rebervera de modo tão veloz que muitos não param para refleti-la e examina-la, apenas reproduzem.

## Referências

AZEVEDO, Fernando Alves de. *A Mística Imperial*. In: Cadernos Coloniais, nº 17. Lisboa: Cosmos, 1939

AZEVEDO, Fernando Alves de. *Mística Imperial*. Lisboa: Cosmos. Nº 17. 1939

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. 1º Edição. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1979.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do ultra Colonialismo*. RJ: Civilização Brasileira. 1966.

BETHANCOURT, Francisco (Org.) *História da Expansão Portuguesa*

CASTELO, Cláudia. *O Modo Português de Estar no mundo*. Lisboa : Afrontamento, 2011. p.86

BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOAHEN, A. Adu. *História geral da África, Vol. VII – A África Sob Dominação Colonial (1880- 1935)*. Paris: Unesco; SP: Ática, 1991.

BOURDON, Albert-Alain. *História de Portugal*. Lisboa: Texto e Grafia. 2011

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Verbo, 2004.

CRUZ, Elisabeth Ceita Vera. “Enquadramento teórico. Colonialismo e colonização: o caso português”. In: *O estatuto do indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Ed. Chá de Caxinde: 2005.

DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *Africanos vistos da Europa*. In. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. RJ: Campus, 2004.

FERRO, Marc. *Manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Ibrasa, 1983.

\_\_\_\_\_(Org.). *O livro negro do colonialismo*. RJ: Ediouro, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem Do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. SP: Ed. Loyola, 2011.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaios sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. RJ: José Olympio. 1953. p.14

\_\_\_\_\_. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

\_\_\_\_\_. *Casa Grande & Senzala*, Lisboa. Livros do Brasil. 1957

\_\_\_\_\_. *O Mundo que o Portugues Criou*, Lisboa. Livros do Brasil, 1957.

## Referências

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. RJ: Campus, 1994.

KI-ZERBO, J.(Coordenador). *História Geral Da África. Vol. I. Metodologia e pré-história da África* SP: Ática/ Paris: Unesco,1982

\_\_\_\_\_. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. RJ: Pallas, 2006.

MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal e o Estado Novo*. 1º Edição. Lisboa :Presença, 1972

MATTOSO, José. *O Estado Novo*. Porto: Estampa: 1º ed. 1997

\_\_\_\_\_. *História de Portugal*, vol. VI e VII, Porto: Estampa. 1997

MAZRUI, Ali A. *História Geral Da África. Vol. VIII. África Sob dominação colonial, De 1935 ao dias atuais*. SP: Ática/ Paris: Unesco,1982

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História E Civilizações*. Vol. I. Salvador: Edufba/SP: casa das Áfricas, 2009.

NOA, Francisco. *Império, Mito e miopia*. Lisboa: Ed Caminho, 1999.

RIBEIRO, Margarida Calatafe. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Colonialismos*. Ed. Afrontamento, Porto, 2004.

RODRIGUES, Flávia Arruda. *Prêmio de Literatura da Agência Geral do Ultramar: Uma Ferramenta de Dominação do Estado Novo Português*.

\_\_\_\_\_. *A Legitimação da Colonialidade Portuguesa: Narrativas da Dominação nos Concursos de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias*.

ROSAS, Fernando. “Estado Novo, Império e ideologia imperial”. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 17. Coimbra:

Instituto de História e Teoria das Ideias, 1995.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta(1928-1938)*, 1º edição, Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

\_\_\_\_\_. O Salazarismo e o Homem Novo : Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do Totalitarismo. *Análise Social*, Vol. XXXV. 2001.

SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora. 1º ed. 1959.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e Doutrina Política*. Lisboa: Verbo. 1º ed. 1989.

SANTOS, Jeanne de Cássia Nascimento. *Literatura Colonial Portuguesa: Espaço, Poder e Imperialismo*.

SAID,Edward. *Cultura e Imperialismo*. Companhia das Letras.SP: 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. XIX. Porto: 1º edição. 2007

\_\_\_\_\_. *História de Portugal*. Vol. XX. Porto: 1º edição. 2007

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2003.

<http://memoria-africa.ua.pt/collections/cadernosColoniais/tabid/179/language/pt-PT/Default.aspx> – Acessado no dia 05/12/2011.

# UFPE | PROEXT

## Publicação Étnico Racial

### Série comemorativa de 10 anos da lei 10.639

- |    |   |    |  |    |  |
|----|---|----|--|----|--|
| 01 | Ação Afirmativa: Um novo ingrediente na luta pela democratização da educação superior: O caso da UFOP                       | 11 | A etnomatemática baseada nas culturas africanas na formação dos professores de matemática  | 22 | A África Fora de Casa: Sociabilidade, trânsito e conexões entre estudantes africanos no Brasil                               |
| 02 | Etnia negra nos livros didáticos do ensino fundamental: transposição didática e suas implicações para o ensino das ciências | 12 | Educação das relações raciais: Desafios à gestão   | 23 | Cadernos de História: história e cultura africana e afro-brasileira  |
| 03 | Educação Escolar e Racismo: A lei 10.639/2003 entre práticas e representações   | 13 | Compartilhando genes e identidade: orientação genética, raça e políticas de saúde para pessoas com doença e traço falciforme em Pernambuco | 24 | Donos da História: estratégias de ação coletiva e formação da autoridade política entre os Tumbalalá                         |
| 04 | A implementação da lei 10.639 / 2003 nas escolas municipais do Recife e o papel da gestão escolar                           | 14 | Viagem e Alteridade: A contrução do “outro” na <i>Rihla</i> de Ibn Battuta - séc. XIV  | 25 | Bando de Teatro Olodum: Uma política social <i>in</i> cena   |
| 05 | Professoras Negras: Identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar                                     | 15 | Características matemáticas presentes em duas comunidades quilombolas  | 26 | Compassos letrados: Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840 - 1860)                                    |
| 06 | Educação e relações raciais em escolas públicas: O que indicam as pesquisas?  | 16 | Entre as matas de Araucárias: Cultura, e história Xokleng em Santa Catarina (1850 - 1914)  | 27 | Migrações interregionais e estratégia doméstica: Nordestinos, mobilidade e a casa até os anos 1980                           |
| 07 | Cotidiano e violência simbólica A desconstrução do preconceito étnico racial nas escolas                                    | 17 | Guerreiros do Ororubá O processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru - PE                               | 28 | Percursos e desafios do uso da transversalidade de raça/etnia nas práticas sociais da organização cáritas brasileira         |
| 08 | Lembranças dos caminhos e descaminhos da escola na vida de mulheres negras de Buíque, PE (1980 - 1990)                      | 18 | Trânsitos, conexões e narrativas de imigração em um contexto transnacional. Uma etnografia em Rio Bonito - PE                              | 29 | Coleções Etnográficas, Museus Indígenas e Processos Museológicos   |
| 09 | Educação, identidade e história de vida de pessoas negras doutoras do Brasil  | 19 | Os Calon do município de Sousa/PB: Dinâmicas ciganas e transformações culturais  | 30 | Literatura e Racismo: Uma análise intercultural  |
| 10 | Trajetória educacional de mulheres quilombolas no quilombo das onze negras do Cabo de Santo Agostinho - PE                  | 20 | A idade do Santo o lugar da criança no Candomblé   | 31 | A lei 10.639/2003 em foco: balanços multidisciplinares sobre uma década de vigência  |
|    |   | 21 | Xangô rezado baixo. Xambá tocando alto: A reprodução da tradição religiosa através da música   | 32 | A cultura em prol do Império: A retórica colonial portuguesa em Angola veiculada na revista Cadernos Coloniais (1920 - 1960) |